

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO - PPGE

MESTRANDO: RODRIGO OGLIARI COELHO

ORIENTADOR: PROFº DRº GERALDO AUGUSTO LOCKS

**A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE
(UNIPLAC): CAMINHOS PERCORRIDOS**

Lages

2020

RODRIGO OGLIARI COELHO

A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIPLAC: CAMINHOS PERCORRIDOS

Dissertação de Mestrado inserida na linha Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof.^o Dr.^o Geraldo Augusto Locks.

21 de fevereiro, 2020

LAGES

2020

Ficha Catalográfica

C672p Coelho, Rodrigo Ogliari.
A política de internacionalização da Universidade do Planalto
Catarinense (UNIPLAC): caminhos percorridos/Rodrigo Ogliari
Coelho – Lages, SC, 2020.
88 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do
Planalto Catarinense.
Orientador: Geraldo Augusto Locks

1. Diálogo Intercultural. 2. Política de
Internacionalização. 3. Universidade do Planalto
Catarinense. I. Locks, Geraldo Augusto. II Título.

CDD 327

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

RODRIGO OGLIARI COELHO

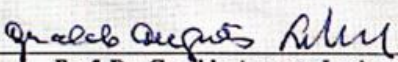
**A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIPLAC: CAMINHOS
PERCORRIDOS**

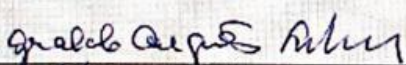
Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Educação da
Universidade do Planalto Catarinense
para a Defesa de Dissertação do Mestrado
em Educação. Linha de Pesquisa:
Educação, Processo Sociocultural e
Sustentabilidade.

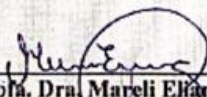
Lages, 21 de fevereiro de 2020.

BANCA EXAMINADORA:




Prof. Dr. Geraldo Augusto Locks
Orientador e Presidente da Banca – PPGE/UNIPLAC


p/ Prof. Dr. Walter Frantz
Examinador Externo – PPGE/UNIUJ
Participação Não Presencial - Res. n° 432/2020


Prof. Dra. Marli Elaine Graupe
Examinadora Interna – PPGE/UNIPLAC

RESUMO

O objetivo desta dissertação é conhecer a Política de Internacionalização da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC e seu *modus operandi* na percepção da comunidade acadêmica. Trata-se de uma abordagem qualitativa, participativa, bibliográfica e documental, incluindo a pesquisa de campo. O tema de investigação é vinculado à Linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Educação da Universidade do Planalto Catarinense “Educação, Processos Socioculturais e Sustentabilidade” que investiga processos educativos com ênfase na educação popular, movimentos sociais, educação ambiental, cultura e políticas públicas, com especial interesse nos estudos sobre diferença, etnicidade, gênero, território e sustentabilidade. Para atingir o objetivo principal, contextualizamos o desenvolvimento histórico da UNIPLAC no que concerne aos indícios de sua política de internacionalização. Identificamos razões, estratégias e desafios inerentes à política de internacionalização da instituição segundo as percepções de seus reitores e docentes no âmbito da graduação e pós-graduação. Além disso, apontamos as tendências futuras da política de internacionalização desta instituição desenhadas em seu Plano de Desenvolvimento Institucional. Levamos em consideração aspectos educacionais que relacionam a diversidade cultural e o papel de relevância social da Instituição de Ensino Superior. A discussão tem como base os estudos de Santos (2002), Santos e Almeida Filho (2012), Silva (2000), Fleuri (2003), Locks (2016) e Triviños (1987). Com os dados levantados, notamos uma maior preocupação com a internacionalização na UNIPLAC nos últimos anos. Ainda não há debates amplos com a comunidade acadêmica em geral e a adesão é ainda baixa. Contudo, é notável o crescimento das ações na direção de tratativas internacionais para a universidade. Esperamos que esta investigação traga à luz a política de internacionalização da UNIPLAC e que esta seja clara e acessível para toda comunidade acadêmica, possibilitando revisões e retomadas de alternativas pedagógicas com a finalidade de desenvolver uma educação para o diálogo intercultural justo e respeitoso num mundo cada vez mais global.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade do Planalto Catarinense. Política de Internacionalização. Diálogo Intercultural.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to know the Internationalization Policy of Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC and its *modus operandi* from the academic community's point of view. This is a qualitative, participative, bibliographical and documental approach, including the field research. The investigation theme is linked to Research Line 2 of the Post-Graduation Program Masters in Education of UNIPLAC "Education, Social Cultural Processes and Sustainability" that investigates educational processes with emphasis on popular education, social movements, environmental education, culture and public policies, with special interests on studies about differences, ethnicity, gender, territory and sustainability. To achieve our main goal, we will contextualize the historic development of UNIPLAC regarding the traces of its Internationalization Policy. Still, we will identify the reasons, strategies and challenges regarding the Internationalization Policy of UNIPLAC according to its deans and professors from graduate and post-graduate level. Furthermore, we will point future tendencies for the Internationalization Policy of this institution designed in its Institutional Development Plan. We take into account educational aspects that relate to cultural diversity and the social relevancy role of this Higher education Institution. This discussion is based on the studies of Santos (2002), Santos and Almeida Filho (2012), Silva (2000), Fleuri (2003), Locks (2016) and Triviños (1987). With the study results we noticed a bigger concern with internationalization at UNIPLAC during the last few years. There are still no wide debates with the academic community in general and the participation is still low. However, it is noteworthy the growing on the actions towards international agreements for the university. We hope this investigation brings to light the Internationalization Policy of UNIPLAC and that it may be clear and accessible to all its academic community, allowing revisions and retakes of pedagogical alternatives with the goal of developing an education towards a fair and respectful intercultural dialogue in a world more and more global.

KEY WORDS: Universidade do Planalto Catarinense. Internationalization Policy. Intercultural Dialogue.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO 1 – UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (UNIPLAC)	
– PERFIL	20
1.1 Histórico da Região Serrana.....	20
1.2 Histórico Educacional da UNIPLAC	26
1.3 UNIPLAC – Uma Universidade Comunitária	28
CAPÍTULO 2 – A UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI E A	
INTERNACIONALIZAÇÃO	33
2.1 Internacionalização no Ensino Superior	37
CAPÍTULO 3 – A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIPLAC	46
3.1 História e Primeiros Passos para uma Política de Internacionalização na UNIPLAC	47
3.2 Fundamentos que Justificam a Necessidade de uma Política de Internacionalização na UNIPLAC	52
3.3 UNIPLAC: limites e possibilidades da internacionalização	60
3.4 Estratégias para a Implementação da Internacionalização na UNIPLAC na Atualidade	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXOS	85

LISTA DE SIGLAS

IES – Instituições de Ensino Superior

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UC – Universidade Comunitária

SC – Santa Catarina

ILEP – International Leaders in Education Program

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDPI – Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Inglês

INTRODUÇÃO

“A medida que a ciência se insere mais na sociedade, esta insere-se mais na ciência”.

Boaventura de Sousa Santos

O objeto desta pesquisa é justificado pelo fato de estarmos em um mundo mais interligado e conectado em redes. Um mundo cada vez mais globalizado. Assim, as Instituições de Ensino Superior – IES devem estar inseridas nos seus contextos locais, mas também articuladas com o contexto global. Isto se deve pela facilidade com que cruzamos fronteiras e deparamo-nos com problemas que, caso não solucionados, poderão vir a adentrar nossos próprios contextos locais. A sociedade e seus integrantes tornam-se cada vez mais globais gerando embates complexos nos âmbitos culturais e sociais. Um destes embates reside na identificação e no reconhecimento da diversidade cultural ao pensar uma sociedade mais justa, inclusiva e que garanta o exercício dos direitos humanos.

Além disso, o interesse pelo tema surgiu de uma experiência de intercâmbio da qual este pesquisador fez parte. Tive a formação inicial na licenciatura plena no curso de Letras – Português e Inglês, seguida por uma especialização em Docência no Ensino Superior, ambos os cursos sendo concluídos na UNIPLAC, em Lages – SC. Sendo professor de língua estrangeira – inglês nas redes públicas municipal e estadual na mesma cidade desde 2012 e, ainda trabalhado como responsável pela formação continuada na área de Língua Inglesa da Secretaria Municipal de Educação de Lages por aproximadamente dois anos. Posteriormente, em 2015, iniciei as atividades de professor na mesma universidade que me formou como um profissional, no mesmo curso de Letras que havia frequentado anos antes, auxiliando na formação de futuros profissionais da área da educação. A experiência de intercâmbio, da qual fiz parte, deu-se por intermédio do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América, em 2017, chamada de International Leaders in Education - ILEP. Foram sessenta e quatro professores participantes de dezoito países, divididos em quatro grupos em quatro universidades diferentes. Esse grupo convivia diariamente em aulas, refeições e atividades relacionadas ao programa. Esse convívio nos colocava próximos às pessoas diferentes de nós e que carregavam “bagagens” diferentes de seus países de origem. Todo o programa se dava com a Kent State University, Kent – Ohio, como pano de fundo, servindo como uma experiência universitária internacional para todos nós. Todos éramos, de certa forma,

“embaixadores” de nossos países por onde passávamos e tínhamos nossa missão de deixarmos um pouco de nossa cultura. Foi por essa oportunidade que a curiosidade sobre um ambiente internacional voltado para o conhecimento e a troca de conhecimentos surgiu para nós, bem como as motivações de fundo para a escolha do objeto desta investigação.

Na mesma linha de trabalho profissional, tive, ainda no ano de 2019, uma nova experiência de intercâmbio para professores de língua estrangeira – Inglês brasileiros promovida pelas CAPES. O PDPI – Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Inglês nos Estados Unidos, deu-se, para meu grupo e eu, na Universidade Estadual do Michigan, em East Lansing – Michigan, com a participação de 34 professores brasileiros de 4 estados diferentes. Essa foi mais uma experiência que aguçou meus sentidos para o tema da internacionalização.

Esta pesquisa surge da oportunidade de estar ligado a um curso de formação de futuros profissionais da educação e poder tomar parte desse processo dentro da universidade que também me formou profissionalmente. Vivenciando este ambiente acadêmico e tendo vivenciado uma experiência de intercâmbio no exterior e ainda convivido com pessoas tão diferentes de nós, nos fez indagar aspectos de nossas práticas pedagógicas dentro dessa IES visando uma melhor relação no processo ensino-aprendizagem. Regionalmente falando, somos tão diferentes, mas ao mesmo tempo tão semelhantes que os acadêmicos podem não estar tendo as oportunidades que lhes fariam tão bem caso uma política de internacionalização esteja em pleno funcionamento.

Desta forma, surge nossa pergunta problema: qual é a política de internacionalização da UNIPLAC e como ela tem se traduzido em sua prática pedagógica na percepção da comunidade acadêmica no período de instalação da universidade (1999) até atualidade?

A fim de respondermos tal indagação, temos como objetivo geral conhecer a Política Acadêmica de Internacionalização da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC e como tem sido traduzido em sua prática pedagógica na percepção da comunidade acadêmica no período de 1999 à atualidade. Para que logremos êxito nesta tarefa, nossos objetivos específicos são: a) contextualizar historicamente a instauração da UNIPLAC no que concerne o seu desenvolvimento como Instituição de Ensino Superior na Região do Planalto Catarinense; b) identificar a existência, razões, estratégias e

desafios inerentes à Política de Internacionalização da UNIPLAC, segundo as percepções de seus reitores e docentes no âmbito da graduação no período de 1999-2018, bem como da Pós-graduação no período de 2005-2018; e c) apontar as tendências futuras da Política de Internacionalização da UNIPLAC desenhada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2016) e por sua atual reitoria.

Torna-se necessário, então, aprofundar nossa problematização, e trazer alguns referenciais teóricos que podem contribuir com nossa compreensão e aprofundar o significado do nosso objeto de estudo. Partimos do debate sobre identidade e diferença por se constituírem em problemas, preocupações de políticas públicas e estudos por parte de diferentes setores ou instituições da sociedade contemporânea. Tais discussões, de acordo com Da Silva (2000), exigem dos envolvidos muito mais do que meros apelos por tolerância e respeito. A relação entre identidade e diferença torna-se importante na medida que muitos conflitos atuais da sociedade contemporânea têm em seu centro tais relações sociais com toda a instabilidade que podem levar a situações cada vez mais traumáticas.

O fenômeno mundial dos refugiados ilustra estas preocupações. Pessoas, grupos sociais que se encontram fora do seu país por causa do fundado termo de perseguição por motivos de raça e etnia, religião, nacionalidade e opinião política. Pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva de direitos humanos, conforme descrição realizada pela Agência da Organização das Nações Unidas para Refugiados¹.

No Brasil, depois de anos de avanço das políticas incrementadoras da diversidade cultural, a intolerância contraditoriamente cresce de forma assustadora, e isto, pode ser visualizado com mais nitidez durante o período eleitoral de 2018. O futuro da sociedade brasileira pode estar ameaçado pelo grassamento da violência acelerada pela intolerância a qualquer expressão da diferença entre pessoas e grupos sociais.

Nesse caminho, Fleuri (2003) já alertava que estas preocupações perpassam também pelas instituições de ensino, as quais devem praticar uma teoria educacional preocupada com as relações entre indivíduos culturalmente diferentes. Ainda no ambiente universitário, se a IES realmente tiver práticas assim, há uma disponibilidade de

¹ Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/perguntas-e-respostas/#refugiado>. Acesso em: 26.10.2018.

indivíduos culturalmente diferentes para que haja a interação e se busque compreendê-los nas interações sociais.

Para Mello *et al* (2009), a universidade de países em desenvolvimento, como o Brasil, não pode ser uma instituição sem relevância social. Ela tem o dever de buscar a formação de mentes criativas e críticas; além de profissionais competentes, cidadãos exemplares; homens e mulheres que tomem consciência de suas ações na sociedade em que vivem. As IES têm de assumir seu papel na produção de conhecimento, mas também o de desenvolvimento cultural favorecendo a interculturalidade oportunizando o convívio e a integração das diversidades (OLIVEIRA E FREITAS, 2017).

As políticas de mobilidade acadêmica que fomentam a internacionalização do ensino superior e o ambiente universitário têm o dever de promover o enriquecimento de capital humano dos seus acadêmicos. Isso se trata de não apenas focar em produção de conhecimento acadêmico, mas também compreender histórias familiares e pessoais, competências linguísticas, flexibilidade e disponibilidade para abordar o novo e diferenças culturais, segundo Oliveira e Freitas (2017).

Diante do fenômeno da globalização social, econômica e cultural, reiteramos, torna-se um imperativo ético o aprender a conviver na pluralidade cultural e suas diferentes expressões humanas. O global e o local estão inerentemente imbricados, o que impõe estas exigências também para o território regional e local. Para tanto, é de grande valia tratar do ganho de capital cultural que decorre dos processos de mobilidade acadêmica. O capital cultural, de acordo com Bourdieu (1979), é subsídio necessário para o crescimento de mundo de um sujeito. E um ambiente no qual se pode encontrá-lo em abundância é o intercâmbio. A conversa com pessoas diferentes ou mesmo a mera observação de suas vidas são capazes de abrir perspectivas. Assim, nos remetemos a um caminho de uma educação cultural, no qual, conforme Frantz (2018), encontra-se a busca por um sentido maior da vida do sujeito. Referindo-se mais diretamente ao intercâmbio em si, veremos que vai além de uma simples viagem ao exterior. Será possível contemplar o quão transformador é uma experiência como essa na vida de um sujeito aberto a vivenciar culturas estrangeiras nos países que o acolhem.

A Universidade do Planalto Catarinense manifesta seu compromisso com a formação cultural do cidadão, quando explicita sua missão: “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e *cultural* do

cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional”. (UNIPLAC, 2010-2018, p. 23). Destacamos, todavia, que a UNIPLAC, nos seus objetivos e prioridades institucionais, enfatiza entre outras ações, “c) promover intercâmbio científico e/ou cultural com instituições nacionais e internacionais”. (Ibidem, p. 148).

Em 2019 esta Universidade celebrou sessenta anos de atuação e compromisso com o desenvolvimento da região. Trata-se de uma das mais antigas Instituições de Ensino Superior do interior instituídas do Estado de Santa Catarina. Tornou-se Universidade em 1999. Atualmente a Instituição prepara seu Planejamento Estratégico projetando seus próximos 10 anos (2015-2025). Este processo é compreendido como antecipação do futuro desejado pela comunidade acadêmica pensando em novas iniciativas em âmbito de infraestrutura, tecnologias, processos e pessoal.²

A tendência para a mercantilização do ensino superior chega por toda parte. A universidade brasileira não pode se deixar levar para o campo da mercantilização da educação, caminho este muito atrativo na sociedade global atual, conforme Santos (2008). Em seu texto, Santos chama a atenção para a visão de analistas financeiros, os quais encaram o campo da educação como “um dos mais vibrantes mercados no século XXI” (2008, p. 18). A instituição universitária tem a obrigação de buscar compromissos sociais em âmbito não apenas local, mas também nacional e global.

O objetivo consiste em resituar o papel da universidade pública na definição e resolução colectiva dos problemas sociais que agora, sejam locais ou nacionais, não são resolúveis sem considerar a sua contextualização global. O novo contrato universitário parte assim da premissa que a universidade tem um papel crucial na construção do lugar do país num mundo polarizado entre globalizações contraditórias (SANTOS, 2008, p. 52).

A responsabilidade social universitária precisa ser assumida para que a instituição possa se tornar um espaço de demandas sociais, principalmente para grupos de minoria que não têm tais espaços para se impor. Ainda segundo Santos (2008), o restante da sociedade ainda possui demasiados entraves para a discussão e crítica sobre assuntos de longo prazo. Dessa forma, a universidade proveria um espaço sem tantas restrições para tais debates. “Não pode a universidade simplesmente sucumbir a lógica do mercado e

² Disponível em: <https://www.uniplaclages.edu.br/planejamento/inicio>. Acesso em: 27/01/2020.

silenciar diante das injustiças e desigualdades engendradas pela lógica da acumulação a qualquer preço” (MELLO *et al*, 2009, p. 02).

A sociedade atual brasileira necessita, da universidade, não mais apenas profissionais competentes. Para Mello *et al* (2009), ela precisa também de cidadãos que saibam fazer uso de mentes criativas e críticas para que homens e mulheres tenham consciências de suas ações. Sem perder sua função de produção de conhecimento, a universidade deve também atuar no desenvolvimento cultural fomentando a interculturalidade através do convívio com as diversidades culturais, em conformidade com Oliveira e Freitas (2017).

Os embates culturais entram em cena na medida que o cruzamento de fronteiras internacionais se facilitou nos últimos tempos. Sendo assim, já não podemos encarar tais interações sociais com simples respeito e tolerância, de acordo com Silva (2000).

A questão da identidade, da diferença e do outro é um problema social ao mesmo tempo que é um problema pedagógico e curricular. É um problema social porque, em um mundo heterogêneo, o encontro com o outro, com o estranho, com o diferente, é inevitável. É um problema pedagógico e curricular não apenas porque as crianças e os jovens, em uma sociedade atravessada pela diferença, forçosamente interagem com o outro no próprio espaço da escola, mas também porque a questão do outro e da diferença não pode deixar de ser matéria de preocupação pedagógica e curricular. Mesmo quando explicitamente ignorado e reprimido, a volta do outro, do diferente, é inevitável, explodindo em conflitos, confrontos, hostilidades e até mesmo violência (SILVA, 2000, p. 08).

A teoria educacional deve abranger os conceitos de identidade e diferença, mesmo estes sendo complexos e polarizados, conforme Fleuri (2003). Ainda conforme Fleuri (2003), as relações sociais perpassam pelas instituições de ensino superior, as quais não têm em suas práticas uma teoria que se preocupe com as relações entre os indivíduos culturalmente diferentes. “A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante” (SANTOS, 2002, p. 238). Tal riqueza intrínseca nessas relações sociais pode ser desperdiçada se não houver espaço para seu debate. Nesse sentido, de acordo com Fleuri (2003), processos de educação popular têm contribuído através de movimentos sociais para que grupos sociais minoritários sejam reconhecidos e valorizados.

À medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (FLEURI, 2003, p. 24).

Partindo do conhecimento dos três pilares da universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão), Santos e Almeida Filho (2012) propõe uma quarta missão: a internacionalização. Para eles, é necessário que a universidade seja capaz de consciente e intencionalmente se mobilizar para “reforçar projetos conjuntos e integradores; dar maior dimensão às suas atividades de formação, de pesquisa e de inovação; conduzir uma agenda própria de diplomacia cultural universitária; contribuir para a consolidação de Espaços Integrados do Conhecimento” (SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145).

Os procedimentos metodológicos a serem aplicados nesta investigação tratam de uma abordagem qualitativa, bibliográfica, documental, incluindo a pesquisa de campo. *A priori*, é baseada em uma revisão de literatura no que diz respeito aos eixos da pesquisa: Internacionalização, Interculturalidade e Universidade. Essa revisão origina-se de um levantamento sobre as principais teorias que influenciam os assuntos supracitados e sua inter-relação. Como esclarece Pizzani (2012), a pesquisa bibliográfica tem alguns objetivos:

[...] proporcionar um aprendizado sobre uma determinada área do conhecimento; b) facilitar a identificação e seleção dos métodos e técnicas a serem utilizados pelo pesquisador; c) oferecer subsídios para a redação da introdução e revisão da literatura e redação da discussão do trabalho científico (PIZZANI, 2012, p. 54).

Neste estudo, a elaboração da pesquisa teve como direção a abordagem qualitativa e como configuração fundamental o Estudo de Caso, com um lócus especificado na Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. O paradigma filosófico que guia o estudo é referenciado em Triviños (2013), com o Materialismo Histórico Dialético como o princípio básico na observação e compreensão do mundo, a fim de analisar e explicar a realidade. Assim, o ato de pesquisar a realidade a partir da dialética como método nos leva a captar movimentos reais dos objetos examinados, desta forma, “o pesquisador não acrescenta nada ao objeto, ele ‘extraí’, recebe, suas categorias constituintes” (YARED, 2016, p. 187).

Na visão de Triviños (2013), o mundo e sua realidade estão em movimento constante se conectando com o todo. Desta forma, apoiamo-nos no materialismo filosófico para buscar nas conclusões da ciência as explicações para as conexões entre o homem, o mundo e a vida, as quais mudam conforme a evolução do pensamento científico. Assim, vemos ser necessário ir além das aparências dos fenômenos para que sejamos capazes de encontrar e desvendar sua essência.

Lembramos aqui, que “[...] todo conhecimento científico é socialmente construído[...]” (SANTOS, 2009, p. 9), e tem seu caminho a romper o senso comum devendo, mais tarde, retornar às bases do senso comum como algo novo e mais esclarecido, uma vez que a ciência se faz por pessoas e deve retornar às pessoas de forma democrática.

Dentre as características no Materialismo Histórico, apresenta-se a “[...] ciência filosófica do marxismo que estuda as leis sociológicas que caracterizam a vida da sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade”. (TRIVIÑOS, 2013, p. 51). Avigora ainda, a força das ideias, dos agrupamentos humanos, “[...] cuja ação pode produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais” (TRIVIÑOS, 2013, p. 52), justificando aqui, nosso interesse na inserção de uma IES em programas de internacionalização, uma vez que a diversidade social e cultural que um processo de internacionalização bem planejado e sistêmico pode trazer grandes benefícios à comunidade acadêmica que a cerca.

Buscamos aqui um conhecimento aprofundado das reais condições e intenções da UNIPLAC relacionadas a sua abertura internacional e seus interesses nas questões culturais que permeiam tais relações. Utilizando a UNIPLAC como cenário e nos aprofundando em seus interesses, adentramos no campo do estudo de caso, o qual Triviños (1987) coloca como suporte de investigação das características de um “fenômeno em sua evolução e suas relações estruturais fundamentais” (p. 134). Da mesma forma, Yin (2001) expõe que o estudo de caso contribui, de maneira inigualável, para melhor compreendermos fenômenos individuais, organizacionais, políticos e sociais. Nestes casos, há a necessidade de compreensão de fenômenos sociais complexos, a fim de melhorar nossa observação e então compreender o mundo ao nosso redor, o que é facilitado pelas características metodológicas do estudo caso na medida que este “preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21).

Sendo este um estudo qualitativo e dialético, fazemos de nossa pesquisa um estudo de caso, modalidade essa que visa analisar uma unidade de forma aprofundada, segundo Triviños (2013). Yin (2001) expõe que o estudo de caso contribui, de maneira inigualável, para melhor compreendermos fenômenos individuais, organizacionais, políticos e sociais. Nestes casos, há a necessidade de compreensão de fenômenos sociais complexos, a fim de melhorar nossa observação e então compreender o mundo ao nosso redor, o que é facilitado pelas características metodológicas do estudo caso na medida que este “preserva as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2001, p. 21).

Temos em mente ainda que a complexidade do estudo e exame aumenta à medida que nos aprofundamos cada vez mais na pesquisa, podendo ter efeitos nas hipóteses e nos esquemas planejados no início do projeto, afirma Triviños (2013). Para o autor, o estudo de caso exige do pesquisador uma grande disciplina nos quesitos de objetivação, originalidade, coerência e consistência.

Para Yin (2005), “o estudo de caso é uma investigação empírica que: investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (p.32). Ainda na linha de pensamento de Yin, o estudo de caso é escolhido para que, de maneira convincente, demonstre que o pesquisador despendeu grandes esforços a fim de coletar os dados necessários à sua pesquisa.

Hoje, como parte integrante do corpo docente na mesma universidade a qual se faz o *lócus* de nosso estudo, nos vemos intrigados pelo tema do estudo e a relação que este pode ter com nossa universidade. Sabemos também, da importância do distanciamento que o pesquisador precisa assumir, “[...] para dar sentido à realidade sem deturpar com a sua visão, embora tenha de conceder-se que, ao olhá-la, não é totalmente neutra” (ALARCÃO, 2014, p. 115). Conforme Yared (2016), o papel de investigar algo do qual se tem faz parte é um ato desafiador. Entretanto, é algo que o pesquisador sente necessário, visto que não se trata de um mero observador. Lembramos ainda que, de acordo com Geertz (2008), “o *lócus* do estudo não é o estudo” (p. 16). Parafraseando Geertz (2008), o pesquisador não estuda *lócus*, ele estuda *no* *lócus*.

Também é relevante considerar a importância que o contexto de estar presente no *lócus* da pesquisa pelo fato de que se considerar o conteúdo sem o contexto, a análise tornar-se-á falha, visto que há a necessidade de olhar o sistema como todo, contrapondo-

se assim à fragmentação científica que vivemos nos dias atuais (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011, p. 739).

Quanto à coleta de dados, Gil (2002) afirma que “a coleta de dados para o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados de escritos” (p. 141). Nesta específica pesquisa, focaremos na pesquisa documental e na entrevista semiestruturada gravadas em áudio. Sobre a entrevistas semiestruturadas, Triviños (2013) as define como sendo

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam a pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (TRIVIÑOS, 2013, p. 146).

As perguntas presentes na entrevista semiestruturada serão guiadas pelos objetivos previamente delineados no projeto dessa pesquisa, uma vez que estes “[...] são resultados não só da teoria que alimenta a ação do investigador, mas também de toda a informação que ele já recolheu sobre o fenômeno social que se interessa [...]” (TRIVIÑOS, 2013, p. 146).

As entrevistas serão realizadas com o reitor e ex-reitores da universidade, bem como com docentes em atividade nos níveis de graduação e pós-graduação e, por fim, com o responsável pela temática de internacionalização da universidade. Serão sete entrevistas no total da pesquisa, sendo estas realizadas entre Abril e Novembro de 2019. Para os professores e outros funcionários da instituição a preferência é que as entrevistas se deem nas premissas da mesma. Contudo, como há pessoas de interesse, como ex-reitores, que já não estão mais ligados à universidade, há a possibilidade de algumas entrevistas se darem fora dos muros da instituição. Após a leitura completa do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) realizaremos a entrevista. Posteriormente, essas falas serão transcritas para meio impresso, mantendo a fidelidade do que foi dito pelo entrevistado. Ao fim do processo, as transcrições serão encaminhadas para a leitura dos entrevistados e, após aceite dos mesmos, serão utilizadas na pesquisa.

O anonimato dos entrevistados será preservado pela utilização de pseudônimos. Os nomes optados para substituírem os nomes dos entrevistados são nomes de importantes universidades que figuram na área da educação em um cenário internacional.

Para o processo de análise dos dados coletados usaremos como alicerce Bardin (2011) e Triviños (2013).

um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, obter indicadores quantitativos ou não, que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens (TRIVIÑOS, 2013, p. 160).

Pelo método que Bardin (2011) nos remete, ele demonstra que o verdadeiro foco está nos ensinamentos trazidos pela análise dos conteúdos depois de classificados e tratados pelo pesquisador. Assim, no ato da análise de conteúdo “o analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio” (BARDIN, 2011, p. 42). Tendo aqui, a busca pelo processo de inferência, o qual, de acordo com o autor, se diferencia do mero processo de armazenar e simplesmente organizar os dados.

Uma vez alicerçados nos estudos dos autores acima mencionados, os processos de coleta de dados iniciar-se-ão pela transcrição dos dados, seguido da organização da análise e conforme descrito por Bardin (2011, p. 125), “as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três polos cronológicos: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. Seguindo a organização dos dados e sistematizando as ideias iniciais, conforme Bardin (2011). Nesse processo, surge a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores que fundamentarão a interpretação final dos dados coletados. Trata-se de compreender de forma crítica as comunicações, o conteúdo manifesto e latente, bem como suas significações, sejam elas explícitas ou ocultas (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011).

Não é possível que o pesquisador detenha sua atenção exclusivamente no conteúdo manifesto dos documentos. Ele deve aprofundar sua análise, tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem. Os investigadores que só ficam no conteúdo manifesto dos documentos seguramente pertencem à linha positivista. (Triviños, 1987, p. 162)

O método para analisar os dados coletados é de extrema importância, contudo Mozzato e Grzybovski (2011) alertam para que não se trabalhe a análise de forma rígida e exata. Mesmo Bardin (2011) rejeita tal prática quando coloca que se deve oscilar “entre

dois polos que envolvem a investigação científica: o rigor da objetividade, da cientificidade, e a riqueza da subjetividade” (p. 128).

O passo seguinte é a exploração dos dados, o que “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (BARDIN, 2011, p. 131). Seguindo o processo descrito por Bardin (2011), é o momento de tratar da categorização. Sendo a categorização uma “[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos” (p. 147).

Para a exploração do material coletado, são escolhidas as unidades de codificação e categorização, levando aos blocos que expressam tais categorias, confirmando ou modificando as que estavam previstas nas hipóteses da pesquisa. Pelo movimento de idas e vindas dos dados à teoria as categorias tornar-se-ão cada vez mais claras e servirão aos objetivos configurados ao estudo. Nessa perspectiva, as categorias podem ser vistas como “rubricas ou classes que agrupam determinados elementos reunindo características comuns” (DOS SANTOS, 2012, p. 386).

Já no tratamento dos dados, as inferências e a interpretação entra em cena. A busca, segundo Bardin (2011), é para tornar os dados válidos e significativos. Esse processo exige a leitura para além dos escritos, em conteúdos e informações ocultos ou latentes. Visando os objetivos propostos, a análise de dados vem para tentar proporcionar uma resposta para os questionamentos do estudo (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011, p. 732). Segundo Mozzato e Grzybovski (2011), este método de análise de dados tem crescido muito e tem tornado sua validade, perante as reflexões que faz, muito evidentes quando se fala de pesquisas com abordagem qualitativa.

Durante todo o processo, é notável a importância de um percurso metodológico bem planejado e rigoroso, contando ainda com a ética do pesquisador e seu cuidado na obtenção dos dados a serem utilizados para sua pesquisa.

A dissertação será estruturada em três capítulos, sendo o primeiro capítulo desenhado a fim de contextualizar a universidade UNIPLAC, sua origem, formação, com um olhar para o contexto regional no qual está inserida visando pontos convergentes com a interculturalidade e a internacionalização. Dentro do primeiro capítulo ainda estarão inseridos informações sobre internacionalização do ensino superior em termos gerais e seu papel para uma universidade e sua comunidade. No segundo, temos uma explanação

sobre papel da universidade no século XXI e também as características básicas da internacionalização no ensino superior. Já o terceiro capítulo apresentará a análise dos dados fornecidos pela pesquisa numa totalidade, convergindo com os dados trazidos pelos documentos e estudos analisados bem como as informações relatados pelos participantes nas entrevistas para que possamos apontar as tendências e os desafios à Política de Internacionalização da UNIPLAC.

1 UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (UNIPLAC) - PERFIL

Neste capítulo contempla-se um histórico da UNIPLAC, o lócus de nossa pesquisa, bem como aspectos importantes sobre sua formação e caráter como IES. Posteriormente à essa retrospectiva histórica, temos uma análise do papel que a IES é desafiada a desenvolver nos tempos contemporâneos visando as mudanças rápidas que se realizam na sociedade moderna. E, por fim, temos a contextualização do processo de internacionalização como enfoque, explanando sobre suas características e potencialidades para com a educação e sua relação com a realidade.

1.1 Histórico da Região Serrana

É necessário aqui desenharmos alguns aspectos do território e da população onde situa-se nosso objeto de pesquisa. Nossa identidade, segundo Locks (2016), nos leva a indagações como “Quem somos”? “Como nos constituímos enquanto população da Serra Catarinense”? O exercício de tais indagações nos remete a buscar nossa singularização, enquanto serranos, no que concerne o desenvolvimento socioeconômico e formação social. Desta forma, examinamos pela economia política seu modo de produção, a fim de melhor identificar a reprodução da existência dos membros da sociedade que estes a compõem.

A Região Serrana foi reconhecida como região geoeconômica do Estado de Santa Catarina apenas em meados do século XIX, segundo UNIPLAC (1999). Hoje, bem estabelecida, a região conta com organização político-administrativa na entidade da Associação dos Municípios da Região Serrana de Santa Catarina – AMURES, tendo seu polo na cidade de Lages, fundada em 1766, centralizando suas atividades econômicas, políticas e administrativas regionais (UNIPLAC, 1999, p. 22).

Os primeiros grupos de habitantes da região foram as tribos indígenas Xokleng, Kaingang e Guarani, de acordo com UNIPLAC (1999) e Costa (1982). No que diz respeito a ocupação da região pelo homem branco, ela teve origem por razões estratégico-militares, abertura de caminho para escoar a produção pecuária do Rio Grande do Sul até São Paulo e ainda aspectos socioeconômicos gerados pelo modo econômico de produção referenciado na estrutura fundiária latifundista. O caminho das tropas teve papel fundamental na criação de povoados e nas questões envolvendo atividades econômicas, de acordo com Locks (2016). Tais incursões foram de extrema importância para a região pois, segundo Costa (1982), os primeiros contatos com os indígenas eram feitos apenas

no litoral, e somente no século XVI é que se adentraram para além da faixa marítima. A verdadeira chegada dos colonizadores portugueses à região serrana se deu apenas em meados do século XVIII, trazendo consigo afro-brasileiros escravizados. (LOCKS, 2016).

Desde as incursões na região, Lages assumiu papel central, conforme Costa (1982). Sua fundação, em 1771, não se deu de forma acidental, mas sim, muito bem planejada.

Lages foi uma das cidades do período colonial brasileiro, com fundação planejada e cuja construção obedeceu a um objetivo claro: o de colocar em boa posição estratégica um núcleo de população que, além de marcar a ocupação portuguesa, constituísse, quando necessário, um ponto de dissuasão ou de resistência a uma possível tentativa castelhana de invasão do território que Lisboa considerava, com poderosas razões, de sua propriedade. E, também, se fosse o caso, de ponta de lança para desfechar um ataque aos adversários castelhanos (COSTA, 1982, p. 19).

Os habitantes que para cá vieram nos períodos XVIII eram, entre outros, marginais e “criminosos foragidos da Justiça, que foi refugiar-se onde o seu longo braço não o alcançaria” (COSTA, 1982, p. 14). Sendo esses indivíduos mencionados até mesmos nas cartas de Correia Pinto, pioneiro na povoação da Região Serrana, ao Governador de São Paulo, quando diz que “os habitantes [...] seriam franceses e espanhóis desertores” (ibidem).

As terras serranas eram tratadas como mercadoria desde muito antes da Lei de Terras de 1850, fazendo com que o livre comércio possibilitasse que diversos fazendeiros possuíssem centenas de milhões de campos (LOCKS, 2016, p. 25). Esses dados revelam que os campos da região eram grandes fazendas e de posse de poucos indivíduos. Do ponto de vista da educação formal, observa-se um ambiente desescolarizado, uma sociedade sem leitura e escrita, exceto filhos de fazendeiros que contratavam professores particulares. Posteriormente seus filhos estudariam em centros urbanos como Florianópolis, Porto Alegre, inclusive Rio de Janeiro. (MUNARIM, 2000). O acesso da população a educação pública estadual ocorreu somente em 1912, com a construção do Grupo Escolar Vidal Ramos.

Neste cenário, cresce o problema socioeconômico implicado “pelo modelo escravista assentado no latifúndio e voltado para o mercado externo” (UNIPLAC, 1999, p. 23). A concentração fundiária de pecuária extensiva e mandonismo político teve papel

muito marcante na visão sócio-política da Região Serrana de Santa Catarina. Conforme UNIPLAC (1999), até meados dos anos 30, pouco se tinha na região além de peões, meeiros e agregados vinculados às grandes fazendas ou uma população que sobrevivia da agricultura de subsistência. O que se observa neste contexto histórico é a implantação de um desenvolvimento desacompanhado da educação escolar. Este fato tem profunda relação com a questão social da região, ou seja, as contrações inerentes a relação capital/trabalho são visíveis e crescentes ainda na contemporaneidade.

Foi-se notar uma mudança de expressão do modo de produção apenas na década de 1950 com o apogeu da exploração da madeira (UNIPLAC, 1999, p. 24), deixando marcas sociais, econômicas e políticas na região. Nesse momento, com o alto volume de impostos sendo gerado na região, Lages amplia sua representação política estadual, bem como sua população urbana. Sendo no fim dessa época de ouro regional que se começam as primeiras conversas sobre a implantação do Ensino Superior neste ambiente (UNIPLAC, 1999, p. 25).

Até meados do século XX, a cidade de Lages não passava de um pequeno município pacato de cerca de 8 mil habitantes na área urbana, conforme Locks (2016). É apenas a partir da exploração madeireira que os olhos estaduais se voltam para Lages e a consideram com potencial urbano-industrial, fazendo dela o polo regional.

Os níveis de desenvolvimento atingidos pela Região Serrana de Santa Catarina em decorrência do ciclo da madeira também punham às claras os mesmos descompassos. Isto é: se de um lado nossa sociedade e nossa economia se haviam complexificado no processo de industrialização e urbanização, o que impunha apropriação de conhecimentos e aporte de tecnologias cada vez mais especializados, por outro lado o equipamento técnico-educacional disponível não mais atendia a tal estágio de desenvolvimento (UNIPLAC, 1999, p. 25).

Pela forte influência dos interesses do grupo com maior poder a cidade se estruturou. Para Locks (2016), foram nas grandes fazendas onde as identidades individuais e coletivas foram forjadas. Tais identidades são de extrema importância quando buscamos entender a compreensão cultural da população de Lages e região na sociedade contemporânea. Aspectos predominantes nessas identidades demonstram suas influências nas instituições públicas e privadas. “Influenciam concepções de mundo, comportamentos sociais, interferem nas relações de poder, em estilos de vida, ritmo de trabalho e espírito de empreendedorismo” (LOCKS, 2016, p. 27).

É no campo social dos grandes latifúndios da região que os diferentes gêneros sociais tomam sua estreita relação cultural, rica em diversidade por contar com os colonizadores paulistas/lusos, os indígenas e caboclos/escravos. Quando falamos de latifúndios, é importante ressaltar que a Região Serrana “é marcada como o berço das mais tradicionais e típicas oligarquias agrárias do estado de Santa Catarina. O fenômeno político conhecido na História do Brasil conhecido como *Coronelismo* teve nessa região expressão destacada” (MUNARIM, 2000, p. 95).

A identidade social do lageano e serrano toma a fazenda como palco para suas relações sociais. É nela que os diferentes estilos de vida desses indivíduos se imbricam, conforme Locks (2016).

Tem este povo, suas lidas e costumes, bem-alicerçados nas tradições campeiras [...] o Serrano tem nas veias o sangue dos Sete Povos. Guerreiro vaqueano. A saga de muitas lutas, travadas com ou contra os vizinhos fronteiriços. Luta, labuta, campeia por entre as dobras do terreno, manejando seus apetrechos de boiadeiro por terrenos que faria inveja a muita gente [...] tem o mérito de iniciar o turismo rural, criando a atividade de hotel-fazenda, agora difundida em todo o país. É artesão do couro e do vime [...] indivíduo alegre que gosta de cachorro, cavalo, prenda, bailes e festas [...] ama a natureza e preserva as suas espécies. É religioso. Fiel nos seus empreendimentos, gosta da terra natal e sente orgulho de dizer que é serrano. O serrano é parte da nossa brava gente brasileira! (JUSTINA, 2002, p. 195 e 196).

Há duas faces da história regional que se sobrepõe e se completam, segundo Munarim (2000, p. 95). Temos de um lado “as classes subalternas subjugadas ou classes populares produzidas passivas e submissas” e na outra face temos “o autoritarismo do Estado na esfera local ou o exercício autoritário e discricionário do poder público municipal pelas elites dominantes na sociedade”.

Já na década de 1970, pode-se notar o início do declínio da era madeireira. “As centenas de serrarias espalhadas pela região começam a silenciar (LOCKS, 2016, p. 36). Com isso, o que aparece é um cenário de precariedade social em Lages. Bem como um grande êxodo rural na busca pelas mínimas condições de vida que foram perdidas. Por esse processo, em um período de 30 anos, a cidade de Lages tem sua população triplicado sem qualquer planejamento de infraestrutura para áreas importantes como habitação, saúde, educação e trabalho. O ato de vislumbrar uma melhora no desenvolvimento social e econômico se torna cada vez mais distante conforme Locks (2016, p. 30)

Os “de baixo”, a maioria da população, historicamente nunca teve acesso aos bens e à renda para elevar sua condição de vida. A sociedade serrana, as pequenas cidades e Lages, são marcadas por contrastes, entre outros, o difícil acesso da maior parte de sua população aos bens

socialmente produzidos. Atualmente o número de aproximadamente 30 mil pessoas, de um universo de quase 160 mil habitantes, é dependente de programas sociais governamentais para atender as necessidades básicas, incluindo alimentação, serve de indicador da desigualdade social presente.

No período pós década de 1970, inúmeras empresas se estabeleceram em Lages e região. Empresas essas com olhos voltados para a exploração de recursos naturais como terra e água, de acordo com Locks (2016). Para o autor, o meio rural serrano, antes tão importante na construção da identidade dos indivíduos, hoje se transformou “em três grandes desertos: social (pelo seu esvaziamento populacional); verde (monocultura de pinus, eucalipto e soja) e azul (grandes lagos gerados pelas hidrelétricas)” (2016, p. 36).

No processo de instalação desses empreendimentos, a mão de obra encontrada na região era desqualificada e desempoderada, sem muito a oferecer, nem mesmo resistência às investidas das grandes corporações. Isso faz com a cidade polo regional permaneça uma cidade prestadora de serviços. No quesito mão de obra, a região não possui trabalhadores com alta qualidade técnica para as grandes empresas que aqui residem, segundo Munarim (2000).

De acordo com Munarim (2000), a Região Serrana era constituída por uma população urbana e rural rarefeita, sendo a região de maior extensão territorial do Estado, porém, com a menor densidade demográfica. Segundo o autor, essa região era a “mais pobre e atrasada de todas as regiões” (MUNARIM, 2000, p. 91). Um dos fatores levados em consideração para essa afirmação é a arrecadação de ICMS, sendo essa muito baixa pelo baixo valor agregado ao produto que nela se produz.

Há que ser levado em consideração ainda o êxodo dessa região, uma vez que, conforme Munarim (2000), a região perde o trabalhador para outras regiões na sua fase de maior capacidade produtiva, deixando aqui o ônus de ser uma região “pobre” e “atrasada”.

Entre outros fatores, este é um dos que nos permite concluir que em vez de pobre e atrasada, essa região é, na verdade, *empobrecida* como decorrência das relações inter-regionais que a faz uma região subordinada [...] A razão fundamental da emigração está na falta de opção de trabalho. [...] a estrutura fundiária aponta para uma tendência de concentração de terras devido ao intenso êxodo rural, a moradia que aponta para alto déficit habitacional, aos precários serviços públicos de saúde – com exceção de Lages a partir da municipalização dos serviços – também estão a indicar que a Região Serrana de Santa Catarina

continua sendo um “espaço” de espoliação humana e de produção de pobreza (MUNARIM, 2000, p. 92 e 93).

Pela observância no âmbito estadual e federal, nota-se a chegada de auxílio e investimento na região, segundo Locks (2016). Sobretudo na área da educação superior privada em crescente expansão, inserida em uma visão mercadológica (ibidem). “Obviamente, há outras potencialidades em desenvolvimento em alguns municípios como a produção de vinhos de altitude ou o turismo, mas são ainda incipientes, desconectadas de uma visão sistêmica, social, multissetorial e territorialmente planejada” (LOCKS, 2016, p. 37). Mencionado também por Santa Catarina (2018), o turismo é uma atividade que emerge com futuro promissor na região por apresentar o clima mais frio do país. Como veremos mais adiante, a Universidade poderia fazer a frente sistêmica a ordenar tais esforços de desenvolvimento regional.

Atualmente, a região do Planalto Serrano constitui-se de 18 municípios com aproximadamente 290 mil habitantes (SANTA CATARINA, 2018). Segundo os dados do Plano de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina – 2030, confeccionado em 2018, esta é a região estadual com a menor densidade demográfica. Sendo esta a região de maior debilidade econômico-social, com um número acima de 49 mil pessoas em situação de pobreza.

A estrutura produtiva da macrorregião Planalto Serrano, expressa pelo total de 66,6 mil empregos formais, em 2016, é bastante diversificada: o Comércio-Reparação de Veículos é o setor que mais emprega (15 mil pessoas), seguido das Indústrias de Transformação, da Administração Pública e Agropecuária. As principais indústrias têm base florestal para produção de madeira e celulose/papel, sendo também digno de nota a fabricação de produtos alimentícios e de produtos têxteis e vestuário (SANTA CATARINA, 2018, p. 140).

No campo educacional, Santa Catarina (2018) mostra os baixos índices em comparação com as outras regiões do Estado, o que reflete problemas na área da educação básica regional. Para o Governo Estadual, uma das formas para superar tal obstáculo, seria a “parceria entre os atores públicos e privados” e um dos fatores que compromete os índices educacionais seria “a falta de formação e valorização dos profissionais da educação” (p. 142). “Como decorrência da baixa renda, problemas sociais diversos se acumulam. Os principais deles: *déficit* habitacional, o emprego sazonal, a dificuldade das famílias em promover a formação dos jovens” (SANTA CATARINA, 2018, p. 143).

É notável, então, a expansão e o crescimento da região e seu papel na economia estadual. O crescimento populacional e econômico da região não pode vir desacompanhado de uma iniciativa educacional que ampare tal expansão. E este é o papel que a Universidade do Planalto Catarinense busca trilhar na região da serra de Santa Catarina, quando diz no seu próprio Plano de Desenvolvimento Institucional que sua missão é “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional” (UNIPLAC, 2016, p. 23).

1.2 Histórico Educacional da UNIPLAC

A história da Universidade do Planalto Catarinense tem seu início na década de sessenta, quando teve origem o pensamento do Ensino Superior fora da capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Nesta etapa, de acordo com UNIPLAC (1998), foi quando teve início o processo de interiorização e regionalização do Ensino Superior. Esse processo se deu com a criação da Associação Catarinense de Cultura – ACC em 1959, a qual tinha “a finalidade de fundar estabelecimentos de ensino superior” (UNIPLAC, 1998, p. 7). Em meio a esse cenário, em 1965 era formulado o 2º Plano de Metas do Governo Ivo Silveira, o qual tinha como prioridade “a valorização dos recursos humanos através da difusão da cultura, da pesquisa-ação, do ensino em todos os graus e ramos utilizados, inclusive os instrumentos operacionais criados com a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina” (Lei Estadual nº3971, 30 de dezembro de 1965 *apud* UNIPLAC, 1999, p. 85).

Já a Região Serrana de Santa Catarina, cuja obtenção de status de região do estado só veio em meados do século XIX (UNIPLAC, 1999, pg. 21), teve seu primeiro curso superior autorizado em 1966, com a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis – FACEC. Segundo UNIPLAC (1998), em 1969 nasce a Fundação Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC, já com foco no projeto de uma universidade na região. Em 1970, mais cursos foram aprovados e iniciaram seu funcionamento: Letras, Ciências Sociais, Matemática e Pedagogia. Estes acontecimentos foram desencadeados, também, pela nova organização do ensino superior no país, através do Conselho Federal de Educação, conforme UNIPLAC (1999). Essa nova diretriz visava a implementação de distritos geo-educacionais, aproximando estabelecimentos isolados de ensino superior. Seguindo uma linha de pensamento similar, em 1971 o Conselho Estadual de Educação compôs a Resolução nº 01/71, baseada em dados tanto econômicos quanto

socioculturais, na qual salientava a sintonia da Universidade para com o processo de desenvolvimento social e econômico, e a necessidade de articulação entre as Instituições de Ensino Superior, segundo UNIPLAC (1999). Com essas colocações, o Conselho Estadual demonstra sua preocupação na busca de serviços prestados à comunidade eficientes, já que a procura pelo Ensino Superior havia aumentado, de acordo com UNIPLAC (1999).

Nesse período de 30 anos (1965 a 1995), a UNIPLAC estruturou-se enquanto Instituição de Ensino Superior, consolidou-se juridicamente, construiu praticamente a totalidade do patrimônio físico de que dispõe, manteve e ampliou, embora de forma lenta, as condições para o exercício da função do ensino com base em dez cursos superiores de graduação e iniciou uma tímida incursão pela pós-graduação *Lato Sensu*, por necessidade da qualificação de seus docentes. Supriu o mercado de profissionais das áreas de gestão e educação, seus dois eixos originários (UNIPLAC, 1998, p. 9).

Para UNIPLAC (1998), o fim da década de 1980 e início de 1990 mostrava um contexto local e regional que demandava mudanças estruturais no ensino superior, exigindo da UNIPLAC um salto de qualidade para que alcançasse, finalmente, o título de universidade, como outras instituições de ensino superior catarinenses haviam feito anteriormente, constituindo-se em universidades regionais. “A universidade passa a ser vista como a grande indústria em uma realidade marcada pela crise econômica, na qual a pecuária e a indústria madeireira descaracterizaram-se como economias básicas” (UNIPLAC, 1999, p. 85). Na busca de uma identidade regional, uma Instituição de Ensino Superior no Planalto Catarinense é vista como tendo um espaço privilegiado, tendo potencial para construir e influenciar o desenvolvimento da região como um todo.

A Região Serrana tem um histórico educacional de um grande índice de analfabetismo ligado às classes mais populares, de acordo com Munarim (2000). Em contraste com a elite social que teve educação particular. Para Munarim (2000), essa é a herança de relações entre dominados e dominantes.

Mais um indício dos esforços regionais para a fundação de uma universidade na região é a nomeação de uma Comissão que desenvolveria estudos voltados para esse propósito em 1991 (UNIPLAC, 1999). No mesmo ano, uma Comissão interna da UNIPLAC com o objetivo de tratar de pontos básicos para sua transformação em universidade: tipos de universidades, o contexto da universidade, seu engajamento com os segmentos da região, entre outros. Em 1996, o Conselho Estadual de Educação

forneceu seu parecer favorável à Carta Consulta que foi apresentada pela Uniplac, autorizando a Instituição a se tornar Universidade (UNIPLAC, 1998, p. 9).

Para alcançar o supramencionado salto de qualidade, foram abertos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. De 1995 a 1998, 9 cursos foram instaurados com mais de 300 matrículas. Sendo que em 1998, a UNIPLAC contava com 33 de seus docentes cursando mestrado e outros 12 em doutorado (UNIPLAC, 1998). Tais fatos demonstravam a preocupação da Instituição para com a qualificação de seus docentes, já com olhos para o ensino, a pesquisa e a extensão na Universidade que se tornaria.

A Uniplac, hoje, conhece e supera os seus desafios. Num contexto de globalização, entende que é no lugar e na região que se manifesta o universal; numa realidade complexa e plural, elege suas singularidades; numa situação de relativo empobrecimento e desequilíbrio socioeconômico, não perde de vista suas grandes potencialidades; e cria seu próprio jeito de ser universidade (UNIPLAC, 1998, p. 11).

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2016), a UNIPLAC ressalta o contexto da implantação do Ensino Superior na Região Serrana, dando maior destaque ao ciclo madeireiro. Conforme mencionamos anteriormente, a era da madeira trouxe grande industrialização e urbanização à região, a UNIPLAC mostra em seu documento que grande parte da necessidade da implantação de uma universidade se deu pela carência de “conhecimento e aporte de tecnologias cada vez mais especializados” numa instituição de ensino onde “o equipamento técnico-educacional disponível não mais atendia a tal estágio de desenvolvimento” (UNIPLAC, 2016, p. 47).

A fim de responder as demandas reprimidas da região é que a Universidade do Planalto Catarinense surge, de acordo com UNIPLAC (2016) e este fato diz muito sobre que tipo de Instituição de Ensino Superior ela almejava e ainda busca ser, como veremos a seguir.

1.3 UNIPLAC – Uma Universidade Comunitária

Nos dias atuais, a Universidade do Planalto Catarinense é classificada na categoria de universidade comunitária, categoria cuja definição, de acordo com Pinto (2009, p. 189), é “instituída por um grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativa de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade”. Dessa forma, o primeiro aspecto que nos

salta aos olhos é a importância da participação da sociedade na universidade e, até mesmo, na tomada de decisões.

No Rio Grande do Sul, as IES que inserem também nessa categoria nasceram, em sua maioria, em espaços onde não houve presença efetiva do Estado no campo da educação superior, segundo Pinto (2009). Da mesma forma deu-se o processo de crescimento das IES em Santa Catarina. Era dever do Estado “garantir a liberdade de ensino em todos os seus aspectos e apoiar, financeiramente, as iniciativas educacionais de origem privada ou comunitária, de inegável interesse público e relevância social” (BRASIL, 1985, p. 4). Porém, como vimos nos tramites para que a UNIPLAC se tornasse universidade, o Estado caminhava com seu processo para descentralizar o Ensino Superior, mas de forma muito lenta. Também deste fator é que provem o instinto empreendedor das universidades comunitárias, como veremos à frente.

A origem das universidades comunitárias, conforme Bittar (1998), é em Santa Catarina, proveniente da necessidade que os imigrantes alemães tiveram em uma época em que o ensino básico não era encarado como uma prioridade pelo Estado.

Oriundos do país da Reforma Protestante, esses imigrantes traziam a concepção luterana, firmada desde o século XVI, segundo a qual a educação era encarada como obrigação em dois sentidos: do Estado, pela garantia da oferta; e da família, pelo envio dos filhos à escola. Uma vez aqui, num país sem escolas, os grupos que formaram as colônias teuto-brasileiras, ressentindo-se dessa ausência, lançaram mão da criação das escolas comunitárias, temendo que seus filhos crescessem “*como caboclos*” [...] Isto se justifica pela importância que dispensavam ao aprendizado da língua alemã [...] De todo modo, a rede oficial de ensino se fez presente em Santa Catarina quando eclodiu a ditadura do Estado Novo (1937-1945) e Vargas investiu contra o que considerou um “*perigo à nacionalidade*”: a coexistência do bilingüismo. A ideologia autoritária considerava que a escola comunitária teuto-brasileira, na medida em que ensinava em língua alemã, constituía-se num “*risco*” e, por isso, ela foi até mesmo acusada de propagandear ideias nazistas (BITTAR, 1998, p. 14 – 15).

Assim, o comunitarismo se fez presente, tanto no ensino primário quanto no Ensino superior, sendo até mesmo inspirado no nome e no modelo de uma universidade comunitária, segundo Bittar (1998). Já de acordo com Silva (2014), é apenas no fim da década de 90 que a pauta da responsabilidade social entra nos assuntos relacionados ao Ensino Superior. Conforme a autora, a principal autoridade e liderança no assunto, o Instituto Ethos, nos diz que:

A responsabilidade social como a qualidade ética das relações da empresa/organização com todos os segmentos vinculados direta ou indiretamente ao processo produtivo (governo, comunidade, ambiente,

funcionários, acionistas, clientes e fornecedores) abordando, neste amplo espectro, o combate às formas de exclusão social, as manifestações de desigualdades sociais e as questões ambientais (SILVA, 2014, p. 53).

Com esse conceito, Silva (2000) afirma que a universidade comunitária deve tratar a responsabilidade social como norma de gestão para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e cita como exemplos a busca por “investimentos sociais responsáveis, tecnologias limpas, consumo responsável, gestão da diversidade e equidade, engajamento das partes interessadas e territórios socialmente responsáveis” (p. 55). Nessa visão da responsabilidade social universitária Silva (2014) afirma que há duas formas de se tratar o assunto. Uma delas refere-se à responsabilidade social das empresas e estratégias originárias do capitalismo global. Já a outra forma é encarar essa responsabilidade social da universidade como uma reação aos desafios das IES no que diz respeito à formação de profissionais e produtores de conhecimento visando a solução dos novos problemas de desenvolvimento global.

A universidade comunitária tem em seu centro a responsabilidade social praticando “a reflexão crítica, a discussão interna, a busca pelo alinhamento de concepções e posicionamento institucional que responda de forma coerente às demandas sociais, em conformidade com a missão, identidade e cultura de cada instituição de ensino” (SILVA, 2000, p. 59). É possível notar assim que o diálogo entre universidade e sociedade é de extrema importância, no princípio que visa a promoção de desenvolvimento humano sustentável, segundo Silva (2000).

A educação, mais especificamente neste estudo a educação superior e a instituição que a promove, deve estar ciente que o processo educacional que podemos ver hoje, muitas vezes, é uma mera reprodução de práticas dominantes que têm efeitos devastadores para os membros das classes dominadas. A educação

[...] é compreendida como a extensão historicamente válida e a transformação radical dos grandes ideais educacionais defendidos no passado mais remoto. Pois esses ideais educacionais tiveram de ser não apenas minados com o passar do tempo, mas ao final, completamente extintos sob o impacto da alienação que avança cada vez mais e da sujeição do desenvolvimento cultural em sua integridade aos interesses cada vez mais restritivos da expansão do capital e da maximização do lucro (MESZAROS, 2008, p. 79).

Na categoria de IES comunitária é possível a identificação de políticas e práticas de expansão e diversificação (MOROSINI & FRANCO, 2006). Esse modelo de universidade possui um caráter público, no que diz respeito à sua preocupação com a comunidade, mas também o caráter heterônomo e mutável no quesito de sua inserção no mundo globalizado e competitivo, conforme Morosini & Franco (2006). Ainda de acordo com as autoras, há três formatos de universidade comunitárias. Um deles refere-se à uma UC com traços de empreendedorismo reativo (atento aos movimentos e prontos a fazer o que seja necessário sem que percam a o caráter comunitário); o segundo formato é baseado no local (extremamente voltado para a comunidade); e o terceiro diz respeito ao empreendedorismo e intercâmbio (“a universidade não precisa apenas receber dos outro; ela já tem condições de oferecer convênios, pondo à disposição de IES nacionais e de outros países sua capacidade de conhecimento produzido” (MOROSINI & FRANCO, 2006). É este último que nos interessa para este estudo. A universidade comunitária deve estar “ciente do espaço da internacionalização e suas repercussões, mas priorizam os valores locais e a comunidade” (2006, p.61). Nestes moldes, faz-se necessário o uso de empreendedorismo e intercâmbio sem subserviência, buscando não simplesmente receber intercambistas, mas também enviá-los pela oferta de convênios colocando-se à disposição nacional e internacionalmente (MOROSINI & FRANCO, 2006).

É preciso que a IES tenha bem claro em seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI estratégias de fortalecimento para a busca de recursos externos, bem como uma boa visão de mercado.

As UCs sinalizam para um coração acadêmico motivado. O estado de mudança estável requer a vontade de assumir riscos e ser pró-ativo. Nas UCs, o componente pró-ativo é encontrado em três vias: da qualificação, da internacionalização e da comunidade [...] Na via da internacionalização, nota-se a estratégia de qualificação de professores e alunos em países da Europa, da América do Norte, do Mercosul e da África. Os convênios são realizados com países, especialmente, da Península Ibérica. O movimento de internacionalização é definitivo. Qualidade significa possibilitar a movimentação de alunos e de professores a outros centros internacionais. A formação mais completa é daqueles que têm vivência internacional” (MOROSINI & FRANCO, 2006, p. 63 e 64).

O propósito de intenção claras no PDI da universidade deve estar realmente dentro dos planos da IES, e não meramente no campo documental para que seja arquivado com sucesso. O sucesso aqui é a constante busca dos meios para a “promoção do intercâmbio, parcerias e cooperações técnicas entre universidades nacionais e estrangeiras”

(UNIPLAC, 2016, p. 55), como podemos ler no documento da UNIPLAC, nas políticas para o Ensino de Pós-Graduação *stricto sensu*.

2 A UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI E A INTERNACIONALIZAÇÃO

A universidade atual está em face de desafios que a obrigam a ir além do que normalmente vai. Mello *et al* (2008) afirma que ir além de meros padrões de qualidade universitária é de suma importância para o bom desenvolvimento do meio em que esta está inserida. É importante ater-se aos padrões de qualidade, mas sem esquecer da universalidade de acesso – a todos de demonstram vocação, aptidão e motivação para tal tarefa – e também da promoção de programas sociais relevantes, com capacidade para contribuir na solução de problemas locais, nacionais e globais.

O papel da universidade se desenvolve e evolui assim como a sociedade. Para Silva (2014), é necessário que o ecossistema e as pessoas estejam inclusos em uma consciência global e integral. As IES em geral já precisam ter em mente tal desenvolvimento e evolução, porém as UCs têm de se preocupar muito mais com o “desenvolvimento social equitativo e sustentável, com vistas à produção e transmissão de saberes e à formação de profissionais responsáveis” (SILVA, 2014, p. 63). Silva entra no termo de Educação Socialmente Responsável, considerando aspectos históricos, econômicos, políticos e culturais que levam à uma visão mais ampla e completa no que se refere à diversidade desses fatores.

Durante o século XIX e boa parte do XX, segundo Santos e Almeida Filho (2012), o continente europeu construiu uma grande variedade de modelos no campo da formação superior. “Praticamente cada país do continente europeu adotou sua versão de sistema universitário” (*ibidem*, p. 42). As universidades levaram muito tempo para considerar o que posteriormente seria sua terceira missão, a qual tem a ver com o papel de ser uma instituição propulsora de desenvolvimento econômico e social, mas ainda carrega consigo o fator de promover as mudanças sociais e culturais de uma sociedade em constante transformação. O compromisso social da universidade, no âmago da instituição, precisa se preocupar, entre outros fatores, com inclusão social, sustentabilidade, ambiente e cultura, de acordo com Santos e Almeida Filho (2012).

Dentro do ambiente universitário, uma das dimensões que deve ser levado em consideração é a atenção para os contornos e dilemas no que diz respeito à promoção de imersão em contextos locais com olhos para o paradigma ético em um âmbito mais amplo, segundo Mello *et al* (2008). Poucas IES têm tido a sensibilidade de contribuir na causa de reduzir desigualdades e injustiças entre povos.

Se uma universidade européia ou norte-americana pode dar-se ao luxo de exibir, como principal distintivo, a pertinência científica [...] a universidade brasileira precisa demonstrar, além da qualidade acadêmico-científica e sem de forma alguma renunciar a ela, relevância social. Justamente pela fragilidade da sociedade civil, no Brasil, a universidade tem o dever de ser culturalmente engajada, comprometida com a solução dos problemas da sociedade, com a superação da pobreza crônica, com o fim do analfabetismo, com a geração de alternativas econômicas (MELLO *et al*, 2009, p. 2).

Não é uma possibilidade viável, nos dias atuais, a universidade simplesmente estar à mercê da lógica mercantil da educação contemporânea. Para Mello *et al* (2008), não há outra instituição que possa tomar o potencial de criticidade, pensamento autônomo, tom argumentativo e disseminação de reflexões para uma ampla comunidade além da universidade. A IES, acaba tornando-se um patrimônio de todos, mas principalmente para camadas sociais menos favorecidas, as quais jamais teriam acesso a recursos sem a atuação comunitária da universidade.

Cabe à IES, seja ela comunitária, pública ou particular, promover processos envolvendo educação, cultura e ciência, a fim de formar sujeitos criativos, críticos, empreendedores e bons cidadãos, conforme Mello *et al* (2009). “No novo milênio, já não basta formar profissionais competentes e cientistas produtivos” (MELLO *et al*, 2009, p. 3). Há a necessidade contemporânea de sujeitos comprometidos com a ética da causa pública, que arquem com as consequências de suas ações e estejam preocupados com o interesse da sociedade em geral. Mello *et al* (2009) nos deixa bem claro que este é o processo para qualquer salto civilizatório. Os estudantes têm de estar esclarecidos quanto à sua responsabilidade perante à sociedade em que vivem e a qual os formou.

A universidade como lugar de conhecimento não é um campo neutro; assim como a educação, também a universidade é um lugar de processos políticos, que envolvem a vida. É um lugar coletivo, no qual associação e cooperação podem ser processos estratégicos. Penso que a universidade consegue dar sentido à vida, sem ser reduzida apenas a uma dimensão de qualificação de mão-de-obra para o mercado. Pode ser um lugar de encontro e de diálogo com o outro sobre sentidos e compromissos de vida, construídos no contexto histórico das necessidades e interesses dos seres humanos e de sua relação com a natureza. (FRANTZ, 2018, p. 7)

A centralidade da universidade no processo de mutação da sociedade deve ser levada a sério por todas as partes envolvidas, uma vez que esta é capaz de viabilizar ações transformadoras na relação universidade – sociedade, segundo Mello *et al* (2009). São práticas e vivências, conhecimentos e interesses que culminarão em uma melhor visão do espaço que todos ocupamos no meio social para que tenhamos relações mais próximas

entre “teoria e realidade, ideia e práxis, formação e trabalho, profissão e compromisso social” (MELLO *et al*, 2009, p. 4). O objetivo aqui é abrir possibilidades para suprir necessidades estratégicas para contribuição face aos desafios locais, nacionais e internacionais. Ações como estas instigariam a criação de projetos mais amplos, bem como projetos de vida emancipadores. Trazendo, assim, um senso de responsabilidade pelo seu lugar no mundo (Grupo, Cidade, Estado, Nação, Continente, Planeta), o que, de acordo com Mello *et al* (2009), falta muito ainda na formação do aluno brasileiro.

No que tange a emancipação de indivíduos sócias, Souza (2017) cita a busca pelo capital cultural, o que seria peça fundamental para dar chances mínimas de sucesso a qualquer indivíduo no mundo moderno. Sendo, de acordo com o autor, o capital cultural indispensável na navegação da sociedade atual. Frantz (2018) aponta o processo de se construir um sujeito social ao longo do seu projeto de vida e a importância do papel da universidade e dos professores que a constituem.

Ser professor/a em uma instituição, voltada à educação e à formação profissional, vai além das atividades em si, que nela realizamos. Nela expressamos não só o que pensamos, mas o que somos e almejamos ser, pois, fazemos nossos sentidos de vida, a partir da inserção no mundo. Não nascemos com um sentido de vida. Esse o fazemos e refazemos, ao longo da vida. Certamente, esse é um dos processos mais significativos de nossas vidas, que desafia a educação e o ensino, na perspectiva de nos constituirmos sujeitos de sonhos e projetos, isto é, de intervenção em processos sociais que envolvem nossas vidas. Talvez, nisso esteja um dos maiores desafios à universidade, à interdisciplinaridade e, também, aos programas de pós-graduação: a constituição de sujeitos com capacidade de intervenção em uma sociedade complexa e paradoxal como a nossa. Não me parece ser uma tarefa fácil. (FRANTZ, 2018, p. 4)

Uma universidade que age sob tal nomenclatura precisa assumir um compromisso para com a sociedade para que assim, conforme Santos e Almeida Filho (2012), seja possível identificar tendências e preocupações comuns em âmbito local, regional, nacional e internacional. “Pela quantidade de conhecimentos que acumula, pela natureza dos seus métodos de trabalho, pela liberdade intelectual de que gozam seus membros, essa instituição milenar mantém uma posição ímpar como esteio dos valores éticos e morais da sociedade” (*ibidem*, p. 49). Nesse raciocínio, não nos é estranho que diversos movimentos sociais do século XIX tenham sua origem na inquietação da juventude e na universidade, uma vez que “a verdade nem sempre estará com os jovens, mas neles repousa sempre, inexoravelmente, o sentido de futuro” (*ibidem*, p. 51). E o futuro precisa

estar em pauta hoje, não meramente quando o amanhã nos bater à porta com problemas para os quais não nos planejamos e não sabemos como lidar.

Só é possível assumir a responsabilidade social não como o *tem de ser* moralista e abstrato do discurso filosófico tradicional, que defende algum “ideal” externo “a que os indivíduos devem se conformar”, mas como a força real *que se integra* à situação histórica e social efetiva, com base na concepção própria educação como um *órgão social* estrategicamente vital, isto é, como a prática social inseparável do *desenvolvimento contínuo da consciência socialista*. E isso, por sua vez, só é plausível pela *postura radicalmente diferente com relação à mudança* no interior da estrutura da ordem hegemônica alternativa (MESZAROS, 2008, p. 95).

Para Santos e Almeida Filho (2012), a universidade é capaz de se auto reformar e essa é uma capacidade extremamente importante. A capacidade de mutação tem de estar presente no âmago da universidade para que esta IES não deixe que seu papel se torne secundário, como é possível ver com aquelas que não o souberam fazer. “A mudança é, pois, ingrediente permanente da vida da universidade e critério de manutenção da sua autonomia” (*ibidem*, p.51).

E o sentido da mudança encontra o seu verdadeiro significado na procura incessante de novos caminhos, de novas ideias e de novas soluções, na ambição permanente de uma universidade que se interpela todos os dias, que se compara, que se avalia, que procura à sua volta novos domínios de intervenção que justifiquem a mobilização dos recursos humanos e materiais de que dispõe e inventa novas formas de os colocar ao serviço da comunidade em que se insere, que sopesa alternativas, que planeia, que decide e que corrige, sólida nos princípios mas aberta à inovação, tão consistente e capaz de assumir opções de continuidade quanto leve e eficaz quando chega a hora de mudar [...] uma universidade que só procura ser universidade, nunca chegará verdadeiramente a sê-lo (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 51).

Para Moreira (*in* Santos e Almeida Filho, 2012), na universidade atual, é de extrema importância a atenção às mudanças da ordem mundial, bem como as alterações de valores de fronteiras para assim articular conceitos como identidade e globalismo. Estes seriam itens essenciais para a contínua geração de sustentabilidade das universidades.

Os sinais anunciam que as regionalizações vão multiplicar-se, não apenas nas áreas globais da segurança e defesa que a ONU reformada se espera que surpreenda, mas nas áreas do saber, do saber fazer e da sabedoria, reconhecendo que as fronteiras geográficas tendem para apontamentos administrativos, que os meios de comunicação tendem para globalizar a cultura, que o mercado implantou raízes globais a exigir regulação, que a terra é casa comum de todos os homens, mas também que à medida que a unidade global cresce, as especificidades acentuam-se [...] (MOREIRA *in* SANTOS & ALMEIDA FILHO, 2012, p. 16).

Com pensamentos no presente e futuro da universidade, é necessário que nos atentemos para a busca para dar maior dimensão ao trabalho da universidade, visando sustentabilidade e independência sem negligenciar a criação e manutenção de valores, conforme Moreira (*in* Santos e Almeida Filho, 2012). Quando Buarque (*in* Santos e Almeida Filho, 2012) indaga sobre a missão e o destino da universidade, suas preocupações têm bases nesses “tempos de internacionalização da comunicação, da voracidade no consumo e da vertigem no conhecimento” (p. 18). Tais questionamentos avançam com a preocupação sobre a construção de espaços integrados de conhecimento.

2.1 Internacionalização do Ensino Superior

O campo da internacionalização do Ensino Superior está a exigir atenção, olhar crítico e dinamicidade. As mudanças são profundas, complexas e aceleradas, e nem sempre compreensíveis no primeiro momento.

Então, como agora, o tempo será das pessoas e das instituições que mais cedo se mostrarem capazes de interpretar os sinais da mudança, de ser seus agentes e seus protagonistas (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2010, p. 60).

Quando refletimos a internacionalização do ensino superior, é importante ressaltar que este não se trata de algo recente. De acordo com Tosta *et al* (2016), o movimento interfronteiriço de estudantes, pesquisadores e suas ideias era algo comum que data, na Europa, do século XII e XIII. Somos lembrados, por diversos autores como Santos e Almeida Filho (2012), Tosta *et al* (2016), Morosini e Franco (2006), sobre o processo de renovação das universidades e que tal processo serve para lembrar essas instituições de suas origens no que tange a promoção de conhecimento universal sem a preocupação de fronteiras relacionadas às nações.

Uma grande ressalva deve ser feita quando falamos de internacionalização. Este termo é muito associado com o termo globalização, porém, apesar de estarem relacionados um ao outro, existem aspectos que demonstram grandes diferenças entre eles, conforme Tosta *et al* (2016). A relação entre as duas, segundo Wit (2002), é que “a Internacionalização está mudando o mundo do Ensino Superior, e a Globalização está mudando o mundo da Internacionalização” (p. 243 – Tradução Nossa). A internacionalização difere no aspecto que esta existe na relação entre nações partindo da premissa do reconhecimento das diferenças entre tais países. Já no caso da globalização,

ela “tende a minar a existência de nações e suas diferenças, e destaca mais similaridades do que diferenças” (TOSTA *et al*, 2016, p.36).

Globalização, uma realidade chave no século 21, já influenciou profundamente o Ensino Superior [...]. Nós definimos globalização como a realidade formada por integrar cada vez mais a economia mundial, novas tecnologias de informação e comunicação. A emergência de uma rede de conhecimento internacional, o papel da língua inglesa, e outras forças além do controle das instituições acadêmicas [...]. Internacionalização é definida como a variedade de políticas e programas que universidades e governos implementam para responder à globalização”. (RUMBLEY *apud* WIT, 2002, p. 243 – Tradução Nossa)

Na mesma linha de pensamento, Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019) discorrem sobre os impactos da globalização quando dizem que as noções desse conceito sufocam as ações de solidariedade e fazem com que a humanidade retorne à uma condição primitiva individual, reduzindo as noções de moralidade pública e privada a quase nada. Assim, é notável, no processo de internacionalização, o impulso ao respeito às diferenças promovendo a harmonização, e não a homogeneização, como ocorre na globalização. Para Tosta *et al* (2016), o propósito do processo de internacionalização seria a integração de um campo internacional e intercultural com a função do ensino, pesquisa e serviço da instituição envolvida.

Uma educação que siga as feições acima citadas, construirá uma consciência de pertencimento à uma comunidade, sendo capaz de reconhecer sua cultura e sentir-se parte integrada de uma nação. Dessa forma, Tosta *et al* (2016) propõe que “a internacionalização seja uma alternativa à educação atual” (p.37). Nesse ponto, entra a importância das capacidades da instituição Universidade. Conforme mencionamos anteriormente neste estudo, a Universidade é o ente com a capacidade de promoção das mudanças que nossa sociedade global requer. Surge então a importância da comunidade acadêmica (estudantes, professores e pesquisadores) na constituição dessa, assim chamada, sociedade global (TOSTA *et al*, 2016).

Para que se alcance níveis de internacionalização, cooperação e tudo que pode vir com o processo, é necessário colocar em movimento reformas curriculares que correspondam às reais necessidades da sociedade contemporânea. Esse seria o antídoto para o processo de homogeneização e desnacionalização que o processo da globalização iniciou anos atrás, nas palavras de Tosta *et al* (2016). “[...] as instituições de educação superior não são somente locais, regionais ou nacionais, mas também recursos globais,

globalmente conectadas” (p.37). Ademais, o autor revela dois grandes desafios da universidade para com a sociedade: “estar globalmente conectada, mas, ao mesmo tempo, permanecer atenta às demandas locais”.

Não é necessário dizer que a teoria não pode alcançar o povo em questão somente por livros, nem tampouco se voltando simplesmente, mesmo com a melhor das intenções, a uma multidão aleatória de indivíduos. O pensamento radical não pode ser bem-sucedido em seu preceito de mudar a consciência social sem uma *articulação organizacional* adequada. Uma organização coerente – para proporcionar a estrutura historicamente em desenvolvimento de intercâmbio entre as necessidades das pessoas e as ideias estratégicas de sua realização – é essencial para o sucesso do empreendimento transformador (MESZAROS, 2008, p. 117).

Como vimos acima, Meszaros (2008) nos diz que para que uma mudança na consciência social seja estabelecida, uma mudança radical consciente, é necessário que se tenha estrutura. Estrutura essa que a instituição universidade pode promover em seu território educacional. Além disso, para que haja mudanças profundas na estruturação de qualquer sociedade ou comunidade é necessário que se mude a razão que preside os conhecimentos e a estruturação destes, segundo Santos (2002). É preciso desafiar a razão das coisas. A mudança que articulamos aqui trata-se do processo de internacionalização por meio de políticas bem organizadas e estruturadas para que surtam os efeitos desejados na comunidade/sociedade e não aumentem ainda mais o abismo entre classes e grupos que o processo de globalização desenfreado protagoniza nos últimos tempos. Nesse sentido, Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019) colocam a internacionalização como o processo de integrar uma dimensão internacional, intercultural e global ao propósito educacional dentro de instituições com impactos diretos e indiretos na vida acadêmica.

Alguns dos benefícios que a internacionalização pode trazer, segundo Tosta *et al* (2016), são: investimento na economia futura, uma política estrangeira (imagem do país no mundo), função cultural (exportação da cultura e valores nacionais), desenvolvimento individual do sujeito (capacitar o sujeito a enfrentar o mundo), promoção da dimensão internacional (preparação da faculdade, staff e estudantes para atuação em contexto internacional e intercultural), construção institucional (o ato de permitir que a universidade atinja um nível de expertise maior), entre outros. Nessa linha de pensamento, as universidades têm de se tornar uma instituição sem fronteira para que sua comunidade venha a prosperar no contexto da nova sociedade global.

Antes vista como uma visão tradicional, baseada simplesmente na mobilidade acadêmica, a internacionalização elevou-se ao patamar de estratégia educacional sem fronteiras a partir do processo de Bolonha, conforme Tosta *et al* (2016). Para Wit (2002), a internacionalização tem dois aspectos macros. Um deles é a “internacionalização em casa”, a qual consiste em atividades que auxiliem os acadêmicos a desenvolver uma consciência internacional e habilidades interculturais sendo baseada, em sua maior parte, no currículo a fim de preparar os estudantes para serem ativos em um mundo globalizado. O segundo aspecto que Wit (2002) aponta é a “internacionalização no exterior”. Esse aspecto foca em educação sem fronteiras, como mobilidade de estudantes, professores, projetos e programas. Contudo, estes dois aspectos mencionados por Wit (2002) não são excludentes um ao outro, mas sim interligados dentro de políticas e programas bem estruturados.

No Brasil, desde o período colonial, houve processos de mobilidade acadêmica. Contudo, tal processo restringia-se a classes mais abastadas enviando seus filhos à Europa. Com o surgimento das primeiras universidades brasileiras, iniciou-se um movimento de pesquisadores e professores de outras nações virem ao Brasil com a finalidade de desenvolver essas novas IES. Os traços de internacionalização das instituições brasileiras iniciaram desta forma, descrita acima, passando, posteriormente, por um período de foco em mobilidade acadêmica e na abertura de bolsas seguidos pela criação de universidades públicas com enfoque para a integração internacional (TOSTA *et al*, 2016).

Para Amorim e Finardi (2017), a internacionalização tem a tendência de impulsionar os sistemas e as próprias IES no caminho das necessidades educativas do mundo globalizado. Fato este que, para países em desenvolvimento como o Brasil, torna incontestável a necessidade de investimento na área para que nosso sistema nacional se torne atraente e seja inserido nos planos internacionais de outros países.

O programa brasileiro de maior visibilidade com olhos para a internacionalização foi intitulado Ciências Sem Fronteiras. Esse programa tratava-se de um programa nacional voltado ao financiamento e oportunidades para mobilidade acadêmica. Anterior a esta iniciativa, a mobilidade de estudantes ao exterior era feita de maneira espontânea e quase que totalmente financiada e disponibilizada pelas condições familiares. Fazendo com que apenas uma porção elitizada da população tomasse parte do benefício da internacionalização.

Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. A iniciativa é fruto de esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas instituições de fomento – CNPq e Capes –, e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico do MEC (CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS, 2019).

Uma ressalva quanto ao programa supracitado é que, embora tenha mobilizado um grande número de acadêmicos, contempla apenas áreas que visam um melhor posicionamento do país no quesito econômico, não abraçando a área das ciências humanas (BRASIL, 2019).

Uma das questões levantadas no estudo de Tosta *et al* (2016) é que as universidades públicas brasileiras têm no seu âmago a busca por experiências internacionais. Entretanto, parece ter sido formada uma “cultura de internacionalização passiva”, como o autor coloca. Essa cultura estaria baseada na mera emissão de estudantes e docentes para instituições estrangeiras. As questões voltadas ao acolhimento de professores visitantes, que existe, mesmo sendo em números rasos (TOSTA *et al*, 2016), e estudantes em níveis de graduação ou pós-graduação é preocupante por tamanho desequilíbrio demonstrado pelo pequeno número de estudantes acolhidos por universidades brasileiras.

O processo de internacionalização tem na mobilidade um de seus pontos mais cruciais, conforme Amorim e Finardi (2017). E essa mobilidade precisa ser desenvolvida de forma a ter políticas e valores muito bem engajados com o que a comunidade necessita. O que vimos com o programa Ciências Sem Fronteira foi um grande passo adiante no caminho da internacionalização. Mas pelos dados trazidos acima, tivemos o que os autores chamam de internacionalização passiva.

[...] a internacionalização ativa se dá quando as políticas de internacionalização apoiam a recepção de acadêmicos (mobilidade do tipo IN) e a oferta de serviços educacionais no exterior como a exportação e instalação de campi em outros países. Já a internacionalização passiva se caracteriza pela inexistência de uma política clara de internacionalização para o envio de alunos para outros países (mobilidade do tipo OUT), os quais não possuem recursos materiais e humanos para receber e oferecer este tipo de serviços educativos em seus países de origem (AMORIM E FINARDI, 2017, p. 616).

As universidades brasileiras ainda têm pouquíssimo contato com programas de mobilidade do tipo *IN*, de acordo com Amorim e Finardi (2017). E os poucos programas desse tipo de mobilidade são com países que não oferecem a barreira linguística como obstáculo ou com universidades de nível menor, conforme o ranque mundial.

Um dos processos de internacionalização mais reconhecidos atualmente é o Processo de Bolonha, o qual, segundo Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010), é o emblema da relação indissociável entre a unificação do território europeu e sua educação superior. Tal processo teve início em 19 de Junho de 1999 e surgiu “da necessidade de criar uma Europa mais completa e abrangente, em especial no que respeita à construção e ao reforço das suas dimensões intelectual, cultural, social, científica e tecnológica” (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, p. 1). Essa declaração foi assinada, em princípio, por trinta países europeus. Em seu texto, a declaração assinada demonstrava a importância dada por esses países à educação e seu papel na cooperação para o desenvolvimento e reforço de sociedades estáveis, pacíficas e democráticas. “[...] a criação do espaço europeu do Ensino Superior como a chave para promover a mobilidade e a empregabilidade dos cidadãos, para além do desenvolvimento geral de todo o continente” (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, p. 2). Aceitando os desafios que viam pela frente, as IES tomaram frente das mudanças às quais elas entenderam serem necessárias de acordo com as exigências da sociedade e dos avanços científicos.

[...] deve-se ter em conta o objectivo de elevar a competitividade internacional do sistema europeu do Ensino Superior. A vitalidade e a eficiência de qualquer civilização pode medir-se pela atracção que a sua cultura exerce sobre os outros países. Precisamos de assegurar que o sistema europeu do Ensino Superior consiga adquirir um grau de atracção mundial semelhante ao das nossas extraordinárias tradições cultural e científica (DECLARAÇÃO DE BOLONHA, 1999, p. 2).

Dentre as iniciativas postas nesse tratado, estavam: a adoção de um sistema de graus de acessível leitura e comparação; um sistema baseado essencialmente em dois ciclos principais (graduação e pós-graduação); promoção da mobilidade de estudantes, professores, pesquisadores, investigadores e pessoal administrativo; promoção da cooperação na avaliação da qualidade; e também a promoção das necessárias dimensões europeias para o Ensino Superior. Um dos aspectos de grande importância da Declaração é o fato de os países se comprometerem a guardar um “completo respeito pela diversidade de cultura, línguas, sistemas nacionais de educação e da autonomia universitária – para consolidar o espaço europeu do Ensino Superior” (DECLARAÇÃO DE BOLONHA,

1999, p. 4). Um dos focos da Declaração era a criação de um espaço europeu no qual as identidades e os interesses comuns dos sujeitos de nações diferentes pudessem interagir e se reforçarem para o mútuo benefício do continente, para Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010).

Temos, na sociedade atual globalizada, a internacionalização como uma evolução que pode se transformar, como nos coloca Santos e Almeida Filho (2012), na quarta missão da universidade.

De fato, todas as atividades de uma universidade podem ser valorizadas por recurso à colaboração universitária internacional. Para além de nos tornarmos menos provincianos e menos autocentrados, menos deslumbrados pelo brilho do nosso sucesso local e mais atentos ao que se passa à nossa volta, esta prática que nos desumbiga – a colaboração internacional – fornece ainda os meios para um novo, riquíssimo e praticamente inesgotável campo de oportunidades (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 57).

Trazemos o exemplo de internacionalização da Declaração de Bolonha pois é algo contemporâneo e se pode buscar noções do contexto que envolvia essa declaração. “[...] a construção de uma Europa do conhecimento pautada na qualidade na mobilidade [...] como um modelo para o mundo[...].” (WIELEWICKI E RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 230). Ademais, os reflexos do Processo de Bolonha já podem ser percebidos em escala maior que a própria Europa, de acordo com Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010). Conforme tais autores, o ato de estabelecer novas relações e acordos entre países resulta em um incontestável processo de internacionalização acarretando um fluxo de capitais e a quebra de fronteiras. E o resultado desse processo, para os autores, é a reestruturação do mercado de trabalho determinando novos laços entre capital e trabalho em um âmbito mais alargado. Essa é a visão que a internacionalização busca, alternativas locais para uma mudança de panorama global.

A internacionalização é o caminho para que se evite o “crescente abismo financeiro, tecnológico e cultural entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos” (WIELEWICKI E RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 218). Contudo, é necessário que fatores como educação, ciência e tecnologia atuem em conjunto para que a construção de um projeto de tamanha magnitude desempenhe sua função almejada.

Santos e Almeida Filho (2012) comentam em seu estudo sobre os processos de internacionalização pelo mundo e, segundo esses autores, as tentativas de internacionalização na América Latina se assemelham muito a proposta pela Declaração de Bolonha. Tal fato se deve por não existir nesse território uma economia esmagadoramente dominante sobre as outras, assim como o território europeu.

[...] as decisões parecem passar pelo favorecimento da aproximação internacional entre as universidades e pela emergência de uma política supranacional que visa promover, numa base regional, a criação de um espaço integrado do conhecimento. Por isso, as experiências de internacionalização mais evoluídas e politicamente mais significativas e ambiciosas podem hoje ser encontradas na Europa e na América Latina, que parecem ser as regiões do mundo que melhor compreendem e interpretam de forma mais abrangente a internacionalização universitária [...] (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 55).

Os efeitos de um processo de internacionalização podem acarretar transformações e ressignificações em diversas áreas da sociedade, podendo causar imbricações nas áreas de bem-estar social, saúde, habitação e educação, em conformidade com o estudo de Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010). Como explicitamos acima, caso a internacionalização não se dê de maneira cuidadosa e organizada, acaba se tornando um processo incipiente como o da globalização, cujas características acabam por ofuscar as diversas diferenças entre os povos.

Alguns dos desafios da internacionalização, segundo Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010), é fazer com que o processo se dê em uma visão coordenada em dimensões local, nacional e internacional. Trazendo esse contexto continental europeu para o nacional brasileiro, os autores corroboram que os impactos do Processo de Bolonha já podem ser notados na educação superior brasileira. Influenciados por essa tentativa de constituir um espaço do conhecimento europeu, houveram propostas brasileiras de internacionalização. A proposta da Universidade Nova, em 2006, surge com “um modelo da educação superior sensível ao pensamento anisiano tardio e à realidade brasileira” (WIELEWICKI E RUBIN-OLIVEIRA, 2010, p. 228).

A internacionalização tem a capacidade de potencializar novas inferências sobre o estar e agir em uma sociedade com contextos complexos no que concerne uma moderna necessidade de relacionar o local e o global, de acordo com Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010). E é na universidade que deve se originar um processo dessa magnitude pois, segundo Wielewicki e Rubin-Oliveira (2010), a instituição deve exercer toda a plenitude de ser um locus privilegiado de análise crítica, propositiva e prospectiva. Nessa mesma linha de pensamento, Santos e Almeida Filho (2012) retomam que cabe às universidades tomarem a frente do processo e usarem a “responsabilidade que detêm no processo e desempenharem o papel de motor de desenvolvimento, no qual, sabemo-lo hoje, nenhuma outra instituição as pode substituir” (p.57).

Neste capítulo, nos propusemos a contextualizar historicamente a UNIPLAC, trazendo um histórico regional do contexto no qual ela se insere, bem como o contexto

que a levou a se tornar uma universidade. Com essa mesma intenção, explanamos sobre o conceito de universidade comunitária – UC, categoria sob a qual a UNIPLAC pratica suas atividades. E, por fim, tivemos uma visão geral da universidade que o século XXI demanda, com a ajuda de Santos e Almeida Filho (2012), Mello *et al* (2009), entre outros; bem como noções básicas sobre os conceitos e características do processo de internacionalização recorrente no campo do ensino superior atualmente.

3 – A INTERNACIONALIZAÇÃO NA UNIPLAC

Tendo sido feitas as entrevistas e analisado o Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC conforme foi explicitado anteriormente neste trabalho, é chegado o momento de analisarmos os dados que colhemos. Foi notável, como já nos mostrava Triviños (2013), a amplitude do campo que a as interrogativas contidas nas entrevistas trouxeram. Sendo estas capazes de fazerem surgir novas hipóteses a medida que os entrevistados se envolviam na entrevista.

As entrevistas foram realizadas com reitores (anteriores e atual), bem como com professores dos níveis de graduação e pós-graduação da universidade. O anonimato dos entrevistados é mantido pelo uso de pseudônimos referentes à importantes universidades mundiais.

Com a análise dessas entrevistas buscamos inferir conhecimento sobre a mensagem que os entrevistados nos proporcionaram durante o trabalho de campo, tal como Bardin (2011) nos mostra. Sendo essa uma forma de não apenas armazenar organizar dados, mas sim buscar, pelo tratamento dos dados, a formulação de hipóteses e elaborar indicadores que nos levam a uma interpretação do que foi coletado (BARDIN, 2011) compreendendo de forma crítica as comunicações feitas de forma explícita e implícita no conteúdo da pesquisa (MOZZATO & GRZYBOVSKI, 2011).

Sendo assim, o próximo passo foi a categorização dos dados coletados. Procuramos trabalhar nesse processo com rigor objetivo sem deixar de lado a riqueza da subjetividade de que o estudo de caso, as entrevistas e esta pesquisa requerem. Levantamos quatro categorias nas quais discorreremos a análise dos dados deste estudo: 1) história e primeiros passos para uma política de internacionalização na UNIPLAC; 2) fundamentos que justificam a necessidade da internacionalização da UNIPLAC; 3) UNIPLAC, uma universidade comunitária: limites e possibilidades da internacionalização; 4) estratégias para implementação da internacionalização na UNIPLAC na atualidade. Tais categorias vêm ao auxílio do agrupamento de elementos com características comuns encontrados durante o trabalho de campo. Lembramos ainda que o tratamento desses dados leva a performance de inferências e interpretações que, segundo Bardin (2011), exigem uma leitura além dos dados explícitos e mencionados nas entrevistas. A análise desses dados realizada dessa forma é a busca para atingir nossos

objetivos da pesquisa proporcionando respostas para nossos questionamentos os quais nos puseram no caminho do presente estudo.

Reiteramos que o estudo da internacionalização tem se intensificado nos últimos anos devido aos impactos de processos de globalização dentro das IES, segundo Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019). Nos EUA, por exemplo, há um departamento dentro do Conselho Americano de Educação específico para lidar com assuntos relacionados à internacionalização, o Centro de Internacionalização e Engajamento Global, o qual tem como um de seus objetivos a internacionalização compreensiva, definida por eles como “um processo estratégico e coordenado que busca alinhar e integrar políticas, programas e iniciativas internacionais para colocar universidades e faculdades orientadas de uma formas mais global e internacionalmente conectadas” (RUBIN-OLIVEIRA E WIELEWICKI, 2019, p. 3).³ Dados como esse nos levam a crer que políticas de internacionalização são importantes no cenário educacional atual já que não se trata mais de um cenário regional, estadual, nacional ou mesmo continental. A cena da educação torna-se cada vez mais mundial.

3.1 História e primeiros passos para uma política de internacionalização da UNIPLAC

Como pudemos notar pelo histórico levantado tanto sobre a Região Serrana quanto sobre o perfil educacional do Ensino Superior na região, não houve grandes esforços de movimentos para um desenvolvimento para além do âmbito regional ou estadual. Conforme Locks (2016), durante muitas décadas a estrutura fundiária latifundista predominou nas terras serranas. Fatores influenciadores constituíram o perfil dos indivíduos que para cá se dirigiram ou foram trazidos. Tais traços moldaram uma cultura que não favoreceu um grande processo de desenvolvimento para a região e deixou suas heranças que pesam ainda hoje em diversos aspectos como, por exemplo, os dados trazidos anteriormente em Santa Catarina (2018) os quais dizem respeito à empregabilidade, formação e empreendedorismo dos sujeitos que cá habitam.

No Ensino Superior notamos que traços de internacionalização foram iniciados, muito sutilmente, apenas após a UNIPLAC tornar-se uma universidade e haver uma necessidade real de internacionalização. Contudo, tal necessidade tem uma outra face. Para garantir e manter o título de universidade, o Ministério de Educação já exigia protocolos de

³ Tradução nossa.

parcerias com instituições internacionais, mesmo que tais documentos fossem apenas demonstrativos e não houvessem ações reais sobre tais papeis. Importante lembrar aqui que, em um histórico da universidade em si, a cooperação internacional universitária não é um fenômeno novo, segundo Perrota (2016).

Quanto ao histórico de convênios e parcerias de internacionalização da UNIPLAC, Caracas e Paris afirmam que:

Caracas - Nós tínhamos interesses e várias tentativas foram feitas. Nós assinamos um protocolo de intenções na época com a Espanha e com Portugal [...] Tanto Espanha como Portugal ficaram só no Protocolo.

Paris - Embora sempre tenha existido a “política de internacionalização”, isso era uma exigência, não existia a prática de fato.

É possível confirmar tais fatos nas falas dos entrevistados, como visto acima. Tanto Paris como Caracas citam protocolos firmados no passado, mas sem ações efetivas contendo indícios de processos de internacionalização. Como poderemos ver mais adiante, a postura do Ministério da Educação, hoje, já é outra, como podemos ver na fala de Paris quando afirma que hoje é necessário comprovar as ações de internacionalização com outras instituições. (TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA DE PARIS). O aumento das ações de internacionalização no ensino superior tem sua base na economia atual baseada no conhecimento, o crescimento do capitalismo transnacional, a utilização do inglês como língua franca e também o nascimento de novas tecnologias de informação e comunicação, de acordo com Perrota (2016).

A falta de ações tem seus motivos mencionados nos dados coletados quando são citadas as faltas de parcerias e também a imaturidade de alguns cursos e linhas de pesquisa para serem atrativos o suficiente para instituições internacionais e até mesmo falta de convênios com os órgãos reguladores do Ensino Superior e Pesquisa no Brasil.

Caracas – [...] nós não tínhamos convênio nem com a CAPES e nem CNPQ. E era tudo muito incipiente.

Aveiro - Nós tínhamos 6 convênios fechados que não se tornaram operacionais, convênios de papel. Não se tornaram operacionais porque eles não tinham uma base de pesquisa.

Caracas – [...] o nosso curso de engenharia da madeira ainda não tinha linhas de pesquisa que pudessem interessar a eles (Chile) enviarem professores para cá e nós buscarmos professores. E o que a gente entendia é que era o seguinte, tínhamos que tentar, talvez de uma forma não tão clara, ou de uma forma errônea, que tinha que ser com dupla certificação, qualificação de professor, que um Prof. de lá tinha que vir fazer pesquisa aqui, ele tinha que trazer conhecimento para cá também e não só daqui para lá.

Algumas experiências obtiveram sucesso em termos de internacionalização, quase sempre relacionadas à mobilidade acadêmica. Entretanto, o que descobrimos pelas transcrições é que eram iniciativas de professores e/ou acadêmicos que conseguiam contatos ou já os tinham previamente. As experiências que foram relatadas nas entrevistas não partiam de uma iniciativa institucional com incentivos e parcerias com laços firmados entre instituições que beneficiassem a formação acadêmica dos estudantes interessados no processo.

Caracas - Questões isoladas aconteciam, teve professor que fez doutorado sanduiche com Espanha, com EUA, mas isso muito individualmente. Não dá para dizer que havia, além de protocolos, internacionalização. Havia intenção, mas de concreto não.

Oxford – [...]porque a nossa universidade estava passando por uma série de problemas de ordem financeira e na época, no intuito de enxugar a máquina e evitar a geração de despesas [...] Na verdade, a gente participou ativamente dessa reconstrução e mudanças e não houve um trabalho específico em cima da internacionalização. Houve conversas, reuniões, a consciência da necessidade de se iniciar um projeto mais voltado para isso. Mas, concretamente, não houve processos de internacionalização.

Bolonha – Eu acredito que tem indícios de internacionalização. O que acontece que eu vejo na UNIPLAC, a gente tem, entre professores, muitos contatos fora. Fazemos algumas parcerias, mas não tem algo formal com a universidade. Eu acho que está mais professor – professor, pesquisador – pesquisador. Na universidade eu acho que há indícios, está começando, mas ainda não temos nada muito efetivado. Está engatinhando. Está no início.

Importante lembrar aqui, como mencionado nos capítulos anteriores, tanto a mobilidade acadêmica quanto outros aspectos de um processo de internacionalização precisam ser definidos por uma política institucional para que se entenda qual tipo de processo é o melhor para a universidade. Lima comenta em sua entrevista sobre a importância de se ter uma mão dupla nas idas e vindas de estudantes e professores para que um dos lados não seja desfavorecido da presença de indivíduos que poder agregar no grupo ao qual fazem parte. Tais traços são notáveis, também, nas palavras de Santos e Almeida Filho (2012) quando discorrem sobre as diferentes modalidades e conceitos da Internacionalização. Na mesma linha, Perrota (2016) discorre que:

[...] la dimensión internacional alude a los vinculos entre países y/o naciones, la intercultural refiere a los intercambios entre culturas, mientras que la global apunta a un nivel de generalización mayor (el mundo entero). Cuarto, la integración de las dimensiones a las funciones de la educación superior implica que la dimensión internacional se incorpora con un carácter central y no marginal. (PERROTA, 2016, p. 13).

Assim, algumas questões vêm à mente, como por exemplo: qual a modalidade certa para a UNIPLAC? Quais os vínculos que a universidade quer para si e para os seus? Aqui vemos algumas falas sobre o histórico dessas conexões.

Lima - Na graduação eu não estou tão envolvida, mas tenho notícias que temos estudantes indo fazer disciplinas fora. Nós não temos recebidos alunos ainda. Então, esse seria um outro indício. Nós temos também projetos com instituições e redes de fora.

Paris - Existiam estudos. Mas efetivamente pouquíssimas experiências e aquelas que tinham, nós não tínhamos como evidenciá-las. Era muito uma relação informal. Surgiu uma oportunidade que o aluno ou o professor descobriu. Tanto é que isso consta nos documentos que nós mandamos ao MEC na época do recredenciamento da universidade, em 2017, que realmente não havia. Nós tínhamos como ação nula na internacionalização. Hoje nós temos como comprová-la.

Caracas - O que a gente via de possibilidades não eram intercâmbios, não eram dupla certificação, não era mandar um professor para lá e outro para cá, que era o que nós estávamos buscando. Mas, para que isso acontecesse, a UNIPLAC não tinha ainda as condições necessárias, como por exemplo linhas de pesquisa consolidadas, não tinha mestrado (de 2002 a 2005). E como nós entendíamos que tinha que ser um processo de mão dupla, vai para lá e vem para cá.

Conforme Lima nos coloca em suas palavras em um dos trechos de sua entrevista, desde que a UNIPLAC se tornou Universidade os tempos vêm se modificando e as demandas dos Ensino Superior também. É possível notarmos já no Título da obra de Santos e Almeida Filho (2012), *A Quarta Missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. “A mudança é, pois, ingrediente permanente da vida da universidade e critério de manutenção da sua autonomia” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 51).

Lima - Antes não era uma grande preocupação com a internacionalização. Mas os movimentos, até externos, fazem com que, hoje, a UNIPLAC sinta essa necessidade.

Salamanca - Eu percebo que a gente ainda está começando esse trabalho. Essas outras instituições já têm planos de internacionalização mais sólidos. Inclusive com setores responsáveis pela internacionalização. O que quando você falou comigo eu acabei notando que nós não temos um setor voltado para isso.

Lima - Nós não temos uma política muito bem estabelecida ainda, muito clara para a internacionalização.

A trajetória de uma universidade na modernidade pode passar pela sua habilidade de se moldar e acompanhar a mudança que a sociedade exige dela. As universidades modernas precisam “inscrever a mudança no seu próprio código genético porque, por seleção natural, se secundarizam as que não souberam fazê-lo” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 50). Seguindo esse pensamento, é importante pensar no tipo de internacionalização que se quer para o ensino superior na UNIPLAC e no Brasil como um todo, uma vez que a realidade das IES brasileiras, no que diz respeito à internacionalização, é basicamente do modelo periférico, segundo Morosini (2011). Conforme Santos (2002), na sua Sociologia das Ausências, temos que ampliar o campo das experiências credíveis neste mundo e neste tempo, assim contribuiremos para ampliar o mundo e dilatar o presente. Tal processo de ampliação das experiências ajuda, ainda, a aumentar as possibilidades de experimentação social no futuro.

Isso quer dizer que os processos de internacionalização estão mais focados na pós-graduação e não tem um entendimento de um processo para envolver a universidade como um todo. Um processo mais amplo de internacionalização traria consigo traços de interculturalidade, confrontando a colonialidade, buscando “uma nova articulação entre o princípio da igualdade e o princípio da diferença e abrindo espaço para a possibilidade de diferenças iguais – uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos” (SANTOS, 2002, p. 252). A interculturalidade é conceituada pela UNESCO (2005) como o que “refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo” (p.6).

E o sentido da mudança encontra o seu verdadeiro significado na procura incessante de novos caminhos, de novas ideias e de novas soluções, na ambição permanente de uma universidade que se interpela todos os dias, que se compara, que se avalia, que procura à sua volta novos domínios de intervenção que justifiquem a mobilização dos recursos humanos e materiais de que dispõe e inventa novas formas de os colocar a disposição da comunidade em que se insere, que sopesa alternativas, que planeia, que decide e que corrige, sólida nos princípios mas aberta à inovação, tão consistente e capaz de assumir opções de continuidade quanto leve e eficaz quando chega a hora de mudar. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 51).

A busca por uma política institucional de internacionalização faz parte dessa busca por novos caminhos que a UNIPLAC poderá adentrar. Como vimos no capítulo histórico da UNIPLAC, ela nasceu a partir das necessidades da comunidade que a rodeava e continuou suas mudanças pelos tempos buscando formas de se adequar ao que seu entorno pedia dela como IES. Constantemente a sociedade se encontra em ciclos de mudança,

buscando inovação em diversos setores (educação, tecnologia, social, entre outros). A mudança dentro das IES, como a UNIPLAC, precisa estar no seu âmago para que a busca por melhorias em todos os setores não fique estagnada. O que podemos notar nas falas dos entrevistados é que, no que tange a internacionalização, as ações não vinham sendo tratadas como prioridade historicamente.

3.2 Fundamentos que justificam a necessidade de uma Política de Internacionalização na UNIPLAC

Como veremos a seguir, os entrevistados levantaram alguns argumentos que fazem jus à necessidade de se ter um projeto institucionalizado para o processo de internacionalização da instituição. Da mesma forma que vimos no subcapítulo anterior com o histórico de ações e indícios de internacionalização, o processo de mudança dentro da UNIPLAC foi visível nos anos decorrentes de sua passagem ao título de universidade. Tal processo de mudança deve ser constante, conforme nos diz Santos e Almeida Filho (2012) “uma universidade que só procura ser universidade, nunca chegará verdadeiramente a sê-lo” (p.51). Na atualidade, a internacionalização tem lugar central nos discursos quando o assunto é a universidade, políticas científicas e tecnológicas, bem como políticas universitárias, segundo Perrota (2016).

Contudo, essa não é a única razão da qual a análise dos dados se baseia. Os motivos para um processo de internacionalização no ensino superior da UNIPLAC apareceram em meio a diversos contextos e conceitos.

Caracas – [...]nosso foco não é Europa, eu acho. Claro que acho que podemos ir para a Europa, mas num primeiro momento seria aqui. Os países mais próximos. Eu não sei se isso deu continuidade ou não, mas tinha duas vertentes. Uma delas que eles chamavam de Tradicional, que a Europa pega os alunos e professores daqui, leva para lá (claro que tem uma questão econômica e cultural e política, muito voltada para eles do que para nós). E depois uma onda, que não sei se continua do entendimento desses países desenvolvidos que eles têm que investir nos países menos desenvolvidos para que a gente tenha e que todos vivam nesse novo momento e nessa era do conhecimento

Salamanca - Na minha opinião, a gente precisaria trabalhar em duas frentes de trabalho. Uma frente de trabalho seria para graduação e outra para a pós-graduação. Eu vejo que é diferente, um pouco, o aluno de graduação do aluno de pós-graduação, inclusive na forma de pesquisa. Geralmente o aluno de graduação vai e cursa disciplinas fora enquanto o aluno de pós-graduação desenvolve uma pesquisa. Seria, talvez, interessante separar. E aí a gente ter uma política institucional para incentivar isso.

O assunto tratado por esses entrevistados é uma questão de foco. Colocam que a universidade precisa instituir qual o foco do processo de internacionalização que quer para si. É interessante que a universidade indague a si mesma: qual a modalidade de internacionalização será utilizada? Qual é a melhor forma para a UNIPLAC? Santos e Almeida Filho (2012) mostram que é preciso ter foco, uma vez que as modalidades de processos de internacionalização são diversas.

Que hierarquia introduzir então na lista das múltiplas formas possíveis de internacionalização? Trabalho em rede, troca de experiências e aferição de boas práticas, projetos de investigação individuais ou de equipa, leque de propostas de formação, mobilidade estudantil e de pessoal docente e não docente, doutoramentos em cotutela, formação sanduiche, são algumas das componentes solidárias de um processo que nos domina e no qual somos, numa primeira fase, mais conduzidos do que condutores. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 145).

Conforme o autor acima citado, caso não haja foco e um planeamento no processo de internacionalização, tal processo não será conduzido pela instituição, mas sim o contrário. A instituição será levada a esmo por caminhos que talvez não sejam interessantes para sua trajetória. É necessário que a instituição entenda seus desafios sociais e crie objetivos para saná-los. Questionamos então, tais soluções estão sempre em lugares longínquos e em terras internacionais? Claramente que não. Santos e Almeida Filho (2012, p.145) nos confirmam que “nem tudo que é internacional é bom”! Assim, faz-se importante uma escolha sábia de parcerias para a universidade.

Oxford - *Claro que a UNIPLAC precisa se relacionar e se tornar conhecida além do nosso país, além do Brasil. E eu acredito que a internacionalização, uma vez concretizada, vai permitir que haja uma tramitação, uma caminhada dos nossos acadêmicos e professores para além do nosso país. Acredito que isso seja crescimento, é progresso, é necessário.*

De uma perspectiva de política de internacionalização, a internacionalização do Ensino Superior tem um grande papel no que diz respeito a construir estratégias para atrair e manter recursos humanos para trabalho no campo de produção e circulação de conhecimento, de acordo com Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019).

Bolonha - *Isso eu acho que é um foco dos mestrados. Tentar resolver esses problemas regionais da comunidade. E eu acho que a gente tem muito a aprender com outros locais que estão mais desenvolvidos. Eu vejo assim, os países desenvolvidos querem nos ajudar, não competir. Com certeza, a gente só teria a ganhar. Toda a comunidade.*

A comunidade acadêmica, depois de um período marcado por iniciativas individuais de seus membros, tomou consciência da importância do assunto internacionalização e toma, hoje em dia, iniciativas de base para alargar esse processo,

segundo Santos e Almeida Filho (2012). Conforme vemos nos trechos dos entrevistados a seguir, um dos quesitos citados foram as parcerias. Tais parcerias vêm a favorecer “uma mobilidade (de estudantes, de professores e de técnicos) organizada, promove uma estruturação curricular articulada e um pensamento pedagógico compartilhado” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 146). Além disso, conforme Morosini (2011), “a solidariedade inerente às relações entre países em desenvolvimento, acarreta o fortalecimento desses blocos, necessário num mundo transnacionalizado” (p. 108). O que a autora chama de blocos são América Latina, Europa, Ásia, etc. A cooperação entre os países e seus programas de ensino superior é de extrema importância para estreitar relações e fortalecer os blocos.

A diversidade presente na universidade pode trazer novas e diferentes perspectivas para a instituição, para que o aumento da diversidade dentro da instituição seja visto como um espaço de contradição relevante e necessário para a universidade em realizar seu compromisso de mudar o mundo. (RUBIN-OLIVEIRA E WIELEWICKI, 2019, p. 8).⁴

Caracas - Nós estamos aqui na região do planalto serrano em Santa Catarina, o Brasil, etc. e queremos o conhecimento daqui para o mundo e do mundo para cá.

Paris – [...] estamos pensando em um desenvolvimento sustentável, já estamos pensando nessa interlocução não só em termos regionais. Os aspectos regionais serão os resultados, não pode ser o foco.

Para Santos e Almeida Filho (2012), a mobilidade acadêmica entre centros de saberes apareceu como a primeira manifestação de processos de internacionalização. *A priori*, veio para cumprir a função de formar indivíduos quando suas comunidades de origem não eram capazes de fazer. Posteriormente, passaram a também buscar e gerar “uma genuína e equilibrada partilha de experiências e de conhecimentos entre instituições que se equivalem e se respeitam” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 201, p.149). Para a universidade, como instituição produtora de conhecimento, a cooperação internacional é de extrema importância, conforme Morosini (2011). É necessário que fiquemos atentos para que as relações entre IES e os países não cheguem a uma relação que lembre a colonialidade. Essa relação deve se basear na “produção coletiva e troca de conhecimento para o desenvolvimento econômico-social de ambas as partes” (MOROSINI, 2011, p. 109).

⁴ Tradução nossa.

Outro ponto relevante é que os participantes de programas com participação internacional, quando retornam ao seu local de origem tendem a encorajar uma maior abertura a novas tendências e possibilidades, o que ajuda o desenvolvimento da instituição como um todo, segundo Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019). Fatores de impacto culturais e sociais são ganhos extremamente notáveis em participantes deste tipo de programas, porém estes aspectos nem sempre recebem o mesmo nível de relevância que o econômico e político. Para Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019), a universidade não tem como realizar integralmente seu papel se não forem universais e internacionais no seu jeito de se relacionar com o mundo das ideias, fatos e problemas.

Paris - Fundamental até pela troca de experiências e até pela forma como o mundo se comunica hoje, a gente não pode mais pensar na UNIPLAC em termos regionais, como ela vinha sendo pensada nos últimos 60 anos. A gente precisa levar coisas novas para mostrar que nós produzimos conhecimento. Assim como a gente precisa trazer coisas novas. Assim a internacionalização nos permite esse tipo de ação.

A internacionalização tem o potencial de se tornar o caminho a ser percorrido pela UNIPLAC na busca pela inovação na produção de conhecimento, no desumbigamento sem perder suas origens, como Santos e Almeida Filho (2012) colocam. Tal processo pode ter efeitos de grande benefício para a instituição como vemos na fala dos autores a seguir:

A importância [...] resulta da capacidade que tem sido demonstrada pelas instituições de, ao contrário do que acontecia no passado, transformar a iniciativa própria e isolada de alguns dos seus membros, dispersa pela natureza da sua origem mesmo se realizada em relativamente larga escala, num movimento consciente e intencional da universidade, em busca de inter-relações proveitosas e fecundas com suas congêneres e com outras culturas. Dessa forma, construindo seu destino pelo mundo e pela história, a universidade encontra mais espaço para sua universalidade, em benefício da sua afirmação e da concretização das suas restantes missões. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 149)

Assim, vemos novamente a importância do papel da universidade na sociedade. A comunidade que a cerca precisa estar engajada, estar informada sobre os assuntos que a instituição se atém. Quando temos cidadãos da comunidade em contato com indivíduos que fazem parte de processos de internacionalização, esses também sentem-se partes do processo. A entrevistada Caracas nos aponta sobre a visibilidade de tais processos para a comunidade. Já Salamanca nos comenta sobre a exposição de um número maior de pessoas à experiência da internacionalização. Não apenas aqueles que vão ou vêm, mas

também aquelas têm contato com essas pessoas que cá recebemos, os estrangeiros que podem vir ou mesmo os nativos daqui que vão e voltam mudados por essa experiência que transforma seres regionais em seres globais. Santos e Almeida Filho (2012) afirmam que a experiência da internacionalização torna as pessoas “cidadãos melhores de um mundo diferente, mais aptos a compreender a interculturalidade, a multipolaridade, a conviver com a diversidade, com as razões e com os motivos do Outro” (p. 150). Uma exposição a indivíduos e culturas diferentes pode ser de grande relevância para uma comunidade acadêmica e seu em torno, uma vez que “compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir sua particularidade” (GEERTZ, 2008, p. 10).

Caracas - Eu acho que a UNIPLAC ainda está muito retraída [...] nem pelos meios de comunicação a gente não toma conhecimento de que isso esteja sendo perseguido. [...] temos que ter convênios, parcerias firmadas, não apenas como foi feito naquela época, que ficaram no protocolo. Além desse protocolo tem que ter ações. E como eu disse no início, eu acredito que é de suma importância porque ela não pode ficar isolada. E as instituições que se isolarem não vão prosperar. Porque hoje é inovação em qualquer lugar. E a inovação não é só tecnologia. Não é só na informática e coisas assim. É pensamento. É metodologia em sala de aula. É inovação mesmo.

Salamanca - Mas nunca recebemos alunos de lá. Seria muito legal recebê-los até para colocar os alunos em contato para que eles tivessem essa sensação mais próximo e não fosse algo tão distante. [...] Eu gostaria muito que tivesse alunos de fora aqui e que alguns alunos fossem para fora com mais frequência para que isso não fosse apenas um sonho, que fosse uma realidade. Que a gente tivesse um grande número de alunos envolvidos com isso para que os alunos tivessem a percepção de que isso não é impossível, que eles podem ir atrás, que existem portas e essas portas estão abertas para que eles possam estudar fora.

Lima - O aluno que volta, ele faz a diferença na sua turma de graduação e pós-graduação. Certamente. Ele volta com outras possibilidades, outras ideias. Volta valorizando o que há de bom e refletindo o que não está bom de uma maneira muito mais crítica.

Alguns benefícios são levantados pelos entrevistados quanto à internacionalização, como por exemplo o senso de pertencimento, tornar-se um cidadão mundial, estar aberto à mudança e respeitar o outro não importando o quão diferente ele seja, entre outras. Santos e Almeida Filho (2012) corroboram com alguns dos benefícios mencionados pelos entrevistados. De acordo com os autores, uma vez transcendida a natureza básica universitária, a internacionalização pode atrair mais parceiros pela visibilidade internacional, vindo a contribuir na produção de conhecimento e no alargamento da atividade de prestação de serviços à comunidade. Para isso, devem colocar “o peso institucional da diplomacia política ao serviço dos seus projetos e da concretização da sua estratégia internacional” (p. 161). Desta forma, uma instituição de

ensino superior estaria realmente assumindo sua plena capacidade política de desenvolver atividades de diplomacia no âmbito cultural, segundo Santos e Almeida Filho (2012).

Salamanca - O mais legal dessa contrapartida é que a gente tinha muito interesse em ajudar o aluno a participar e conviver dentro da nossa universidade. Mostrar para ele o que nós tínhamos de bom e, da mesma forma, ele nos recebeu quando nós fomos para lá. Eu fui com mais um colega e ele foi nos buscar na estação de trem. Foi uma troca de experiência e uma troca de amizade bem legal que eu acho que através disso a gente consegue.

Caracas – [...] nós estamos na era do conhecimento e da inovação [...] se você vai para lá você aperfeiçoa uma língua, mas não é só uma língua. Tem toda uma cultura, você tem toda uma outra vivência que você incorpora e você traz. Só que tem que ter as condições, tem que se criar as condições.

Lima - O meu supervisor de pos-doc me disse assim, eu preocupada porque queria sair em viagem e ele me disse assim: que bom, você está aqui para conhecer, você está aqui para aprender. Você não aprende fechado dentro de quatro paredes. Então, eu não tenho dúvida que qualquer iniciativa que tire o aluno das quatro paredes, que tire o aluno da sua convivência familiar e escolar vai ampliar seus horizontes. Então ele vai passar a ter uma visão cosmopolita. É evidente. Os ganhos são imensuráveis para a vida. Para mim foi muito válido. Eu não tenho dúvidas que há ganhos. Mas aí, tem que ser definida a política institucional.

Há ainda questões de marcos legais sobre a internacionalização para a certificação de uma universidade. Como mencionado anteriormente, hoje as parcerias de convênios internacionais devem ser comprovadas por documentos e ações reais de tais projetos. Contratos e parcerias “de gavetas” já não dão conta do recado, como podemos ver nas palavras de alguns entrevistados. Segundo Morosini (2011), a pesquisa e a pós-graduação têm parte de sua avaliação universitária pelo grau de internacionalização de seus programas e de suas produções. Quanto maior for a internacionalização na instituição, cursos e programas, supõe-se que o grau de impacto na qualidade das iniciativas será maior.

Caracas – [...]a gente deveria pensar em por que nós não temos a dupla certificação da graduação? Não só na pesquisa e na pós, mas a dupla certificação pelo menos com os países que tem uma língua muito próxima com a nossa, nem isso nós não temos.

Paris - Até porque até 2014, quando houve o primeiro recredenciamento pelo conselho estadual, até ali não existia essa demanda. Isso vem à tona quando a gente passa, em agosto de 2014, para o Sistema Federal de Educação. E ali, para manter o título de universidade, a internacionalização passa a ser indispensável.

Aveiro - Primeiro que é questão de marco legal. A instituição para ser uma universidade ela precisa formatar convênios [...] Hoje o MEC tem se preocupado com a qualidade desses convênios. Até porque a maioria dos convênios com as universidades brasileiras foram suspensos por falta de atividade [...] Na Europa e nos EUA, se o convênio não é

operacional ele não tem validade. Isso está sendo cobrado agora das universidades brasileiras. Então vários foram cancelados.

Para Santos e Almeida Filho (2012), a internacionalização se tornou uma quarta missão da universidade moderna. Principalmente em países “em que a terceira missão demorou a se impor por razões que têm a ver com a tardia libertação da sociedade face a um poder totalitário que lhe sufocou o dinamismo e a iniciativa individual” (p. 169). Dessa forma, a terceira e a quarta missão aparecem mais evidentes e ligadas.

Bolonha - Então, se tiver algum convênio, verificar se a gente tem alguma coisa que a gente poderia se inserir. E fazer esse intercâmbio mesmo. De repente ir para fora, tentar aprender um novo modo de estudar o que a gente já estuda. Aprender uma nova tecnologia. E vice-versa. Que as pessoas também possam vir e saber como a gente trabalha. Trabalhar com a gente, tentar também ajudar nas nossas pesquisas. Essa troca para agregar, para ampliar o conhecimento. [...] Eu acho que o mundo hoje, ele é globalizado. Não tem como a gente ficar só centrado no que a gente faz aqui. A gente precisa saber ampliar os horizontes para que as pessoas saibam o que a gente faz aqui. A gente faz muita coisa importante e muitas vezes, por estar muito ocupado e ter muita demanda, a gente não divulga isso para o resto do mundo. Divulga para o meio dos artigos, mas não sei se isso chega para todo mundo. Então, eu acho que o benefício mesmo é ampliar o conhecimento. Descentralizar.

Direcionamo-nos novamente para a questão de um processo de internacionalização institucional. Temos aqui dois entrevistados discorrendo sobre suas visões desse aspecto. Como mencionado anteriormente, o início dos contatos de processos de internacionalização, geralmente se dão de forma mais direta e pessoal por membros individuais da comunidade acadêmico, segundo Santos e Almeida Filho (2012). Contudo, para que tais processos se tornem mais duradouros e vigorem por mais tempo é interessante que se torne algo institucional e tenha um planejamento engajado por mais que apenas um ou alguns membros da comunidade. “Cabe às respectivas universidades chamarem a si a responsabilidade que detêm no processo e desempenharem o papel de motor de desenvolvimento, no qual, sabemo-lo hoje, nenhuma outra instituição as pode substituir” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 57).

Salamanca - Eu acho que isso é extremamente importante para o desenvolvimento da universidade e dos alunos também. Quando o professor tem contatos, ele além de se motivar, ele consegue produzir mais e inovar mais. Então, é extremamente importante isso. [...] Então, institucionalizar isso é muito importante para que isso possa acontecer de fato. O que acontece é que se o professor toma muito a frente disso, se o professor está muito envolvido em algum outro projeto, às vezes isso se perde. E se isso é algo institucional, ele permanece ao longo dos anos. A criação de um setor responsável pela internacionalização seria o primeiro passo para que a gente tivesse uma institucionalização disso.

Aveiro - Ele tem que ser institucional, mas de alguma maneira ele se torna pessoal no momento que eu tenho dois professores que fazem interlocução para a questão das mobilidades. Então, eu tenho aqui este professor que tem contato com este professor e com este grupo de alunos, exatamente para que o projeto da internacionalização em si se torne consequente, se não ele é simples um passeio.

Conforme Santos e Almeida Filho (2012), o tempo hoje será das pessoas e das instituições de ensino que mais cedo demonstrarem a capacidade de interpretação perante a sinais de mudanças, sendo estes seus agentes e seus protagonistas.

Tentar recusar ou diminuir o papel que a internacionalização representa na universidade dos nossos dias colocar-nos-ia, hoje, na mesma triste posição e a fazer a mesma triste figura dos universitários que, em plenos anos oitenta do século passado, ainda atacavam a investigação científica efetuada sob contrato e a prestação de serviços especializados ao exterior com os conhecidos argumentos de que essas práticas constituíam uma inadmissível ingerência na universidade e punham em causa a sua autonomia. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 60)

A internacionalização está em uma fase de intensificação (IBIDEM). Algumas das razões dadas por Santos e Almeida Filho (2012) são: a massificação do acesso ao ensino superior, o que torna os acontecimentos nesse nível de escolaridade muito mais relevantes socialmente; a globalização da economia e da sociedade, fazendo com que a interação entre países seja facilitada e tornando imprescindível a aquisição de habilidades que facilitem tais processos. Tais razões têm total envolvimento com a terceira missão da universidade. Para os autores, esta missão tem seu compromisso ligado à sociedade por meio dos seus métodos de extensão, prestação de serviços especializados, uso tecnológico e utilização de conceitos como empreendedorismo, inovação e cultura.

Para Santos e Almeida Filho (2012), a internacionalização é a quarta missão da universidade. É a internacionalização que constituirá “vias de desenvolvimento inovadoras da atividade universitária, em fecunda interação com as missões clássicas, em consolidação da sua presença, da sua autonomia e do seu prestígio” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 23).

Com as opiniões dos entrevistados podemos observar a grande potencialidade que um processo de internacionalização tem dentro de uma instituição como a UNIPLAC. Com um processo de internacionalização bem estruturado e institucionalizado, ela passa a tomar as rédeas do seu próprio caminho na sociedade do conhecimento já gozando de um prestígio de uma universidade com 60 anos de história bem estabelecida que busca autonomia e inovação ao abrir suas portas para o desenvolvimento cultural, social, econômico e político que a internacionalização pode lhe agregar.

3.3 UNIPLAC: limites e possibilidades da internacionalização

Nesta categoria abordamos aspectos da internacionalização relacionados com o perfil de uma universidade comunitária, classe na qual a UNIPLAC se encaixa. Abordamos aspectos que dizem respeito aos limites, possibilidades e desafios no que se refere a processos de internacionalização mencionados pelos entrevistados.

Entendemos que o conceito de universidade comunitária merece atenção por ser uma categoria a qual tem em seu âmago a sustentabilidade, segundo Morosini e Franco (2006).

[...] a Universidade Comunitária Brasileira tem como uma de suas marcas e fonte de tensões a sustentabilidade. A tensão decorre da sua dupla natureza: o caráter público de serviço à comunidade, que tende a ser visto como oposto à sustentabilidade, e o caráter heterônomo e cambiante de sua inegável inserção num mundo globalizado, competitivo e em luta pela sobrevivência, que exige o empreendedorismo. (MOROSINI E FRANCO, 2006, p. 61).

Essa preocupação com a sustentabilidade e serviço à comunidade pode ser notada na fala dos entrevistados quando discorrem sobre o desenvolvimento sem o foco do lucro. Contudo, vemos a tensão mencionada acima quando Caracas fala no aspecto de que para o desenvolvimento acontecer na comunidade em torno da universidade, essa deve beber em outras fontes. O mesmo acontece com Oxford quando menciona “que o nosso pessoal esteja indo para outras fronteiras e também nós recebendo pessoas de países diferentes”. Para tanto, a universidade deve se valer do que Morosini e Franco (2006) colocam como o empreendedorismo dentro da universidade. Navegando os limites e desafios de águas internacionais para uma universidade comunitária abrindo caminhos da sua própria forma.

Caracas - O que seria para mim uma universidade comunitária? A única coisa que difere ela de uma outra é o relacionamento dela com o entorno. Então, o que a universidade está realmente fazendo para o desenvolvimento da nossa região? [...] O comunitário dela é porque ela não tem dono, então ela não tem que ter lucro. Ela tem que ter desenvolvimento. Ela tem que ter formação e se a universidade, para mim, não tiver pesquisa e extensão, ela não é uma universidade. Ela é um segundo grau melhorado. E o que eu entendo como universidade é que ela tenha linhas de pesquisa que venham trazer resultados principalmente para o seu entorno. Agora, é obvio que não vai ficar só aqui. Neste momento em que ela está trabalhando os problemas daqui. Ela vai beber de outras fontes que tem problemas similares. Leva os nossos daqui para lá, traz os de lá para cá.

Oxford - É um processo lento, pelo que tenho acompanhado mais indiretamente, e esperamos que tão logo possa se concretizar para que se torne algo mais sistemático e que o nosso pessoal esteja indo para outras fronteiras e também nós recebendo pessoas de países diferentes.

Um quesito mencionado por vários dos entrevistados é o de tornar o processo de internacionalização dentro da instituição de ensino mais próximo e conhecido da comunidade acadêmica e seu entorno. Fazer com que possibilidades de contatos com indícios internacionais tornem-se mais comuns e corriqueiros dentro e em torno da universidade.

Oxford - Eu acredito que ainda é algo muito elementar, inicial. Nós temos notícias de 1 ou 2 acadêmicos já terem, no ano anterior, participado de atividades e foram intercambistas em outros países. Mas o processo ainda é bastante inicial. Eu acredito que futuramente, num futuro não tão distante, que isso venha a acontecer. Hoje nós temos o conhecimento de 2, 3 acadêmicos. Mas esperamos que daqui a pouco esse número se multiplique. É claro que existe um desejo da universidade. Até eu diria um investimento porque há pessoas que estão com essa responsabilidade de manter esses contatos com países vizinhos para que o nosso acadêmico possa pleitear e manifestar interesse em fazer um intercâmbio com países que venham fazer parceria conosco.

Salamanca - Eu acho que se torna mais distante a internacionalização quando a gente não está fazendo curso de línguas. Não só inglês. Mas também outras línguas [...] Vamos dizer assim, se a gente tem 10 alunos e desses 10 que estão fazendo o curso de idiomas 2 têm a oportunidade de ir para fora, são 10 que estão envolvidos no processo. Eles sentem que fazem parte do processo. Eu acho isso muito importante. Seria uma forma de abranger um público maior e talvez não ter um gasto tão grande.

Itens como um setor de línguas dentro e preparação financeira na universidade são tratados como muito importantes pelos entrevistados. Traços comuns nesses trechos são a preparação que deve ser feita, tanto pelos acadêmicos quanto pela instituição, para trabalhar e fazer parte de processos de mobilidade acadêmica e internacionalização. Porém, essa preparação precisa iniciar em algum ponto. Hoje, devem ser encaradas como desafios, não como problemas. Para Santos e Almeida Filho (2012), são dificuldades conjunturais que ofuscam transitoriamente o processo de internacionalização. Essa é a busca por nos tornarmos uma instituição, um Estado, um País que busca inovação em processos econômicos, políticos e culturais buscando ser um exemplo dentro da sociedade do conhecimento na qual nos inserimos.

Paris - A gente já percebeu por uma triagem que nós fizemos que existe muita gente interessada, que consegue romper a barreira do idioma mas tem a questão financeira que impede. Estes, hoje, são os nossos gargalos com relação à internacionalização. Tem aí uma questão técnica interna, e é um trabalho que a Pró-reitoria de Ensino já está

fazendo junto às coordenações de curso, que é a adequação de ementas ou de disciplinas.

Aveiro – [...] a vinda do aluno de lá para cá, ela precisa ser precedida de toda uma preparação. Como vamos receber o aluno? Porque hoje vc vai para uma universidade americana, você mora dentro da universidade. Você vai para uma universidade portuguesa, espanhola ou italiana vc mora dentro da universidade. Aqui nós não temos essa capacidade. Tudo isso nós temos que preparar. A Internacionalização não é uma coisa simples.

O processo de internacionalização não é algo simples, ou sequer rápido. Exige planejamento e confiança no processo, como já vimos anteriormente nesse estudo. Mas é através desse processo que Estados e Instituições têm sido capazes de ir além de um mero mecanismo de troca de pessoas e experiências, de acordo com Santos e Almeida Filho (2012). A internacionalização tem se tornado “uma forma de alargar e de desenvolver a sua própria missão, o que faz delas (universidades) modelos de estudos adequados [...]” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 32).

Assuntos como foco e planejamento aparecem muito nas falas dos entrevistados. E os dois estão inevitavelmente interligados. Bem como, por parte da universidade, sua tomada de consciência do seu papel, como instituição, de induzir e promover desenvolvimento econômico e social, além de mudanças sociais e culturais, segundo Santos e Almeida Filho (2012). Aqui é notável como as falas de Paris e Bolonha se encaixam quando mencionam o Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIPLAC e como esse documento tem peso nos processos e decisões internas.

Paris - Porque existiam coisas ali que uma universidade comunitária de pequeno porte não conseguiria fazer. Hoje o PDI está alinhado. Mas de fato, existia um objetivo, constava o desenvolvimento regional da universidade, mas política para cumprir com métricas para verificar se o objetivo estava sendo atingido, isso não existia.

Bolonha - Eu acho que a UNIPLAC ainda está muito focada na graduação, no ensino. E ainda não incentiva muita a pesquisa. Eu acho que falta mais incentivo, mais contribuição da universidade para sustentar a pesquisa. Eu acho que, a gente aqui, como professores do mestrado, a gente tenta sempre...as nossas dissertações são muito voltadas para os problemas regionais.

No processo de internacionalização, parcerias com outras instituições são de extrema importância. Com sua missão em mente, a UNIPLAC precisa encontrar instituições com valores compatíveis com os seus. “Para as universidades que assumem um compromisso sério com a sociedade, acreditamos ser possível, com efeito, identificar tendências e preocupações comuns” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 48) entre as instituições que podem se beneficiar mutuamente de um processo de

internacionalização, seja ele a mobilidade acadêmica ou a troca de informações, tecnologias e métodos que solucionem os problemas que suas comunidades podem ter em comum. A Sociedade do Conhecimento exige que se trabalhe em rede, “a produção de conhecimento requer diálogos além das fronteiras geográficas e disciplinares e na universidade isso se torna a força motora que move a internacionalização” (RUBIN-RUBIN-OLIVEIRA E WIELEWICKI, 2019, p. 13).⁵

Alguns dos desafios relatados pelos entrevistados são de origem interna da UNIPLAC, como por exemplo a falta de estrutura física para receber estudantes internacionais, questões burocráticas trabalhistas para que docentes pudessem trabalhar em conjunto com outras instituições e a preparação prévia a programas internacionais. É importante aqui lembrarmos o importante papel da universidade como uma instituição que por muitos séculos detém “uma posição ímpar como esteio dos valores éticos e morais da sociedade” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 49) e, assim, deve primar pela busca do equilíbrio entre autonomia e compromisso social.

Bolonha - Para nós seria uma honra trabalhar em uma universidade fora. Ter essa experiência de uma semana e continuar com o vínculo aqui. Fazer esse vínculo de internacionalização mesmo. Mas eu não sei como a parte burocrática da universidade entende isso. Eu vejo que aqui tem muito o medo dos processos trabalhistas. Eu acho que isso que bloqueia.

Salamanca - Ter um contrato, uma parceria institucional na qual os alunos pudessem vir aqui e estudar sem custo e da mesma forma a gente poder fazer isso para outros lugares. Eu digo isso em todo mundo. Talvez a gente pudesse começar com o Chile, ter um contato mais perto daqui para depois almejar alguma coisa na Europa ou nos EUA, que é para onde os alunos geralmente têm mais interesse em ir.

Paris - O primeiro (desafio), sem dúvida, é a barreira da língua. Por isso que a gente começou com Portugal porque a barreira, embora exista, ela é diminuta, mais fácil. Agora, o inglês realmente é uma barreira.

Os desafios para os processos de internacionalização estão presentes no cenário atual, mas é preciso olhá-los como algo transitório e mutável com um trabalho planejado e em conjunto na instituição. Conforme Paris nos coloca acima, a barreira da língua é um desses obstáculos. Porém, encontrar instituições parceiras com interesses equivalentes é importante para gerar diferentes estratégias tanto para os acadêmicos que estarão envolvidos quanto para a instituição em si. Segundo Santos e Almeida Filho (2012), a busca dessa “diversidade constitui uma riqueza em si mesma, porque permite a adoção

⁵ Tradução nossa.

de diferentes estratégias de sobrevivência” (p. 52) para a universidade. Tal processo tende a aumentar as possibilidades de uma instituição de encontrar as soluções que busca para cada situação e problemas que pode estar a enfrentar.

“Além da concentração da produção científica no Norte, o inglês como língua “oficial” da circulação científica é outra problemática que afeta os países do Sul” (GOUVEA ET AL, 2017, p. 22). Gouvea (2017) alerta que, mesmo que a produção de conhecimento seja grande em países do Sul, como o Brasil, as referências a tais produções é muito desigual quando comparada às produções oriundas no Norte. Quando se fala em mobilidade acadêmica, as línguas têm um papel importantíssimo, de acordo com Amorim e Finardi (2017). As modalidades IN e OUT de mobilidade necessitam de programas de línguas bem desenvolvidas na comunidade acadêmica como um todo, incluindo português para estrangeiros. Uma política de internacionalização coerente passa por planos linguísticos consistentes. Em seu estudo, Amorim e Finardi (2017) chegam a uma consideração interessante e muito próxima à da realidade notada nas falas dos entrevistados em nosso presente estudo.

Finalmente, a análise micro sugere que a comunidade acadêmica está interessada no processo de internacionalização e percebe a relevância dos programas de internacionalização e das línguas estrangeiras, mas ainda não está plenamente engajada no mesmo, talvez pela falta de sintonia entre os três níveis de política e de ações de internacionalização. (AMORIM E FINARDI, 2017, p. 630).

Hoje, é possível dizer que vivemos em um período de transição. Para onde e como chegaremos ainda não é possível dizer dentro de um caminho que leve a Sociedade do Conhecimento de que Santos e Almeida Filho (2012) mencionam. Contudo, “num regime de incertezas, muitas vezes a melhor escolha não é a que maximiza o resultado imediato, mas a que minimiza o risco de fechar opções” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 52).

O que vemos a seguir, nas palavras de Aveiro e Lima, são situações as quais dizem respeito à preparação de ambos, acadêmicos e instituição, para movimentos internacionais de mão dupla, recebendo e enviando sujeitos da comunidade acadêmica. É notável a preocupação com os desafios de origem linguística e financeira dos entrevistados.

Aveiro - Então, a ideia é que ao você fechar o convênio, você comece a se organizar a partir das demandas. Esse aluno que vai em 2020, ele possa fazer um período de curso focado para a área que ele vai. Não é o fato do TOEFL. É o fato de ele ter um linguajar próprio para tratar

no curso. Então, se ele for para uma área de engenharia, ele tem que ter uma questão de termos técnicos. Essa é a lógica que nós estamos trabalhando. Vamos ter todo um preparo. [...] Nós precisamos prepará-lo, até porque ele se torna um representante da instituição na outra instituição. E isso desqualifica o aluno e a instituição quando ele vai despreparado. É uma coisa curiosa porque nós temos uma situação bastante interessante. Os alunos que vem para cá, não estão preocupados em falar Português. As pessoas de outros países não estão preocupadas em falar Português. E querem que nós os entendamos. E nós quando temos que ir para lá, temos que falar a língua deles.

Lima - O nosso aluno, em geral, ele tem muitas dificuldades financeiras. A internacionalização, estudar fora se não houver bolsa é inviável. Nós somos uma região que tem muitas dificuldades econômicas [...] Não é assim tão simples. Então, a internacionalização, a mobilidade de aluno é uma coisa complexa. A manutenção de dinheiro para pesquisa para que a gente possa realmente trabalhar com pessoas de fora. Por exemplo, pessoas de fora têm que vir para cá, nós temos que ir para lá. Isso tudo tem um custo. Tem essa questão econômica da instituição que tem que ser olhada. Nós temos que sentar e olhar qual o modelo serve para a UNIPLAC. A primeira coisa é isso. Depois, ver que nós podemos trabalhar com tal limite na mobilidade, tal limite nos projetos interinstitucionais. E assim construir uma coisa muito própria e que seja possível aqui para nós.

Desafios como estes mencionados acima têm seu lugar quando se tomar a mesa para discutir um planejamento internacional para a instituição. Contudo, voltamos à uma questão já mencionada anteriormente. Uma vez que se tenha em mente de que não há volta e nem como evitar internacionalização no cenário acadêmico atual, devemos indagar qual a melhor forma de internacionalização para a UNIPLAC? Santos e Almeida Filho (2012) nos falam de espaços nos quais os movimentos de internacionalização estão tendo mais sucesso. Quando os autores mencionam tais espaços de conhecimento tentando serem integrados internacionalmente, a América Latina é citada como uma situação muito próxima do que se passa na Europa pois não se tem fatores econômicos esmagadoramente favoráveis à uma nação específica, o que também se passa nas experiências de internacionalização no Sudeste Asiático.

[...] não existe em nenhum destes três espaços uma economia esmagadoramente dominante, ou com suficiente dimensão de mercado para poder competir isoladamente em termos globais, as decisões parecem passar pelo favorecimento da aproximação internacional entre as universidades e pela emergência de uma política supranacional que visa promover, numa base regional, a criação de um espaço integrado do conhecimento. Por isso, as experiências de internacionalização mais evoluídas e politicamente mais significativas e ambiciosas podem hoje ser encontradas na Europa e na América Latina, que parecem ser as regiões do mundo que melhor compreendem e interpretam de forma mais abrangente a internacionalização universitária, talvez porque sejam as que mais têm a beneficiar com ela em nível ao seu desenvolvimento de médio e de longo prazo. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 55)

Notamos que devem ser ações planejadas, em princípio, dentro da instituição. Mas que, subsequentemente, uma ação coordenada com outras instituições de um determinado espaço se faz necessária para que o planejamento institucional tenha efeito e se concretize. Como falamos anteriormente, não é um processo simples. Um exemplo que podemos citar aqui, como já vimos alhures, foi a ação do Programa Ciência Sem Fronteira. Tal programa concedeu uma posição de considerável preferência aos Estados Unidos dentro do Programa, conforme Santos e Almeida Filho (2012). Não estamos aqui para analisar o impacto do Programa em si, mas sim o usando como exemplo de planejamento conforme a demanda, a qual se postava maior para tal país. Poderiam ter feito um planejamento diferente dando preferência a países lusófonos, como Portugal, caso entendessem que tal relação fosse mais vantajosa a médio e longo prazo, funcionando como uma ponte transatlântica.

Fica evidente, mais uma vez, o impacto que uma política institucional e focado nos interesses da universidade em questão se fazem necessários para que, com o foco bem esclarecido, um processo de internacionalização possa ter sucesso e pavimentar o caminho escolhido para a instituição e, assim, evitar um mero vagar no mundo globalizado. Podemos notar pensamentos similares nas falas de Lima e Paris a seguir.

Lima - Talvez aí faça falta nós termos uma política institucional bem clara, porque do ponto de vista institucional eu vejo que eles estão tendo uma preocupação maior com a mobilidade de alunos [...] Então, eu acho que as expectativas da instituição e as nossas são um pouco diferentes. Por isso, essa política institucional de internacionalização faz falta.

Paris - Assim como nós temos essas portas abertas para eles, eles também têm conosco. Junto a isso, essa interlocução também com instituições de fora do estado [...] E principalmente em termos internacionais com as universidades que a gente já tem convênio, com universidades que estamos renovando convênio e com aqueles que nós pretendemos firmar laços. Então a ideia agora é extrapolar a questão regional. A gente vai lutar para que os primeiros reflexos e impactos sejam regionais, mas também a partir de insumos que venham de outras cidades, outras regiões.

É possível notar, pelas falas dos entrevistados e integrantes da comunidade acadêmica, que há um grande interesse por elementos internacionais dentro da UNIPLAC. Podemos observar que há a ciência de que a evolução no Ensino Superior passa pelo desumbigamento da universidade transformando a internacionalização numa possível quarta missão da universidade moderna, conforme nos coloca Santos e Almeida Filho (2012). Elementos da internacionalização podem trazer e desenvolver dentro de uma instituição aspectos como complemento educacional de origem linguística, cultural,

cívica e civilizacional, complemento de competências individuais e coletivas, além de integrar trocas de experiências (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012). Se pensarmos em um âmbito de graduação, especificamente, a experiência de mobilidade para um acadêmico na faixa dos vinte anos pode ser extremamente valiosa.

3.4 Estratégias para a implementação da internacionalização na UNIPLAC na atualidade

Para que uma política de internacionalização tome lugar dentro da UNIPLAC é necessário que um planejamento seja feito, como mencionado anteriormente. Nesse planejamento devem ser levantadas estratégias visando ênfase nos aspectos que a instituição deseja se movimentar, seus desafios e estratégias de ação. Com um plano em mãos será possível melhor entender as preocupações da comunidade para que assim as ações tornem-se políticas institucionais visando desenvolvimento cultural, político e econômico. De acordo com Perrota (2016),

la internacionalización ha sido gestada en el marco de un orden económico mundial que ha otorgado al conocimiento un valor central y que, al mismo tiempo, ha comenzado a cercarlo, a privatizarlo y, de manera consecuente, a concentrarlo. (PERROTA, 2016, p. 18).

Uma das preocupações que necessitarão estar dentro do plano de internacionalização é o aspecto linguístico, como é possível observar nas palavras de Caracas, Salamanca e Paris. Uma vez que a UNIPLAC desenvolva sua política de internacionalização, focando nas áreas e regiões que quer atuar, por exemplo com mobilidade acadêmica, é de grande valia investir na aprendizagem e divulgação das línguas das instituições e países envolvidos nas parcerias a serem firmadas para que ambos, universidade e membros da comunidade interessados, possam se preparar de acordo para contatos internacionais. Conforme Santos e Almeida Filho (2012), só assim será possível “promover a cooperação entre estabelecimentos de ensino, desenvolver o intercâmbio de informações e experiências sobre questões comuns aos sistemas educativos dos Estados-Membros e incentivar o desenvolvimento do intercâmbio de jovens e animadores socioeducativos” (p.65).

Caracas - Quanto aos desafios, hoje, a língua. O domínio de línguas estrangeiras, o inglês e o espanhol. Principalmente o inglês, né. E aí eu não sei como está hoje lá na UNIPLAC, mas na minha época nós não tínhamos muitos profissionais que dominavam. Então eu acho que a língua é um problema.

Salamanca – [...] ter um setor de idiomas e incentivar isso também é uma coisa superimportante para que a internacionalização realmente possa crescer.

Paris - A gente precisa ofertar um curso de extensão (Línguas) e quero acreditar que um curso permanente. Não extensões como a gente vem trabalhando. Até mesmo aproveitando a ociosidade da universidade e ofertando isso também para a comunidade externa. Nós temos capacidade técnica e pessoas que podem fazer isso. Nós temos capacidade física para absorver isso. Falta uma coisa ou outra para a gente modular que tipo de curso seria esse.

Pelas falas acima, notamos que, uma das estratégias a serem incrementadas, se trata de melhor preparar acadêmicos e instituição para a internacionalização. E o papel de incentivador desse processo de preparação precisa ser assumido pela universidade. Isso fica evidente quando Santos e Almeida Filho (2012) nos dizem que isso reforça a “centralidade do papel da universidade na sociedade contemporânea e afirma a universidade como protagonista incontornável do mundo global” (p. 146). Um setor ou um centro de línguas serviria como um propulsor para aproximar um número maior de membros da comunidade se envolvessem com traços de internacionalização. Além disso, sujeitos envolvidos com programas internacionais, seja direta ou indiretamente, são indivíduos mais engajados na comunidade acadêmica e serão condutores importantes em tornar aspectos internacionais mais recorrentes e comuns na universidade, conforme Rubin-Oliveira e Wielewicki (2019).

Enfim, um “estudante aberto ao internacional” deverá não apenas ser multilíngue, conhecer as diversas culturas que existem nas várias economias, realizar estadias no estrangeiro, mas, mais ainda, revelar disposição de alma, espírito de tolerância, respeito pela diferença, a par de demonstrar um conhecimento concreto de valores e da cultura do Outro. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012 p. 146).

Outra preocupação recorrente nas falas dos entrevistados é o aspecto financeiro. Oxford, Caracas e Paris discorrem sobre o assunto em suas falas. Suas falas são mais relacionadas à mobilidade acadêmica, mas cabe ainda indagações relativas ao orçamento institucional e o quanto deste seria destinado a projetos voltados aos processos de internacionalização. Lembramos aqui que a UNIPLAC é uma universidade comunitária e, como tal, tem suas limitações orçamentárias. Contudo, seu papel social precisa ser levado em consideração quando sua comunidade indica que é necessário complementar suas formações, e não simplesmente na educação formal. Mas também em aspectos linguísticos, culturais e civilizacionais (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012).

Oxford - Volto a falar da questão dos recursos financeiros. Quem vai subsidiar a ida do nosso acadêmico e o tempo que ele ficará lá? A sua estadia, sua manutenção lá, enfim. Então, precisa ter um planejamento para isso.

Caracas - Não necessariamente que precise de muito recurso (financeiro). Mas tem que ter um aporte de recurso. Porque se não viajar, se não se relacionar, não anda.

Paris - Nós fechamos parceria com o Banco da Família que trabalha com uma linha de crédito até R\$10.000 e o banco se mostrou muito interessado em auxiliar. Como nós não podemos fazer renúncia de receita, até porque não temos uma receita grande sobrando, procuramos parceiros externos para auxiliar nesse processo. Mas aí há uma preparação desse aluno, de 1 ano ou 6 meses, que ele vai levar para se preparar para ir ao exterior em função de visto, passaporte (que muitos ainda não têm) e a preparação do idioma. A gente faz toda essa verificação, esse suporte para o aluno mostrando de que forma ele poderia obter esse capital para ir para fora do Brasil.

Investimentos serão necessários para que a internacionalização se torne realidade na UNIPLAC. Investimentos por parte da instituição e também por parte dos membros da comunidade. Uma parte sozinha não será capaz de fazê-lo por si só. Da mesma forma, um pensamento mais amplo tem de ser levado em consideração no que diz respeito a atratividade do Brasil para membros do mundo acadêmico. Morosini (2011) mostra em seu estudo que ainda é muito superficial o número de estrangeiros em IES brasileiras. “O setor de cooperação internacional da Capes aponta como possível razão o desconhecimento dos alunos estrangeiros sobre o Brasil” (MOROSINI, 2011, p. 99). Outro fator para tal desempenho incipiente é a língua portuguesa, de acordo a autora.

Outro ponto estratégico a ser discutido é a divulgação de ações de cunho internacional dentro da universidade para sua comunidade em geral. O que é possível notar nas falas dos entrevistados é que muitas informações não chegam a todos os membros da comunidade e, muitas vezes, chegam informações incompletas. Para que a comunidade abrace a ideia de se internacionalizar é interessante que sejam disponibilizadas o maior número de informações possíveis.

Oxford – [...] outro dia a gente até ouviu em um evento aqui na UNIPLAC, na nossa capacitação, uma divulgação nesse sentido. Mas ainda é algo ainda muito fechado. Ainda faltam mais detalhes. Se nosso acadêmico está ali ouvindo e tem interesse em ir, como ele vai para lá? Quem vai subsidiar? Quanto tempo ficará lá? Quem irá mantê-lo? [...] Hoje a gente sabe pouco sobre isso.

Oxford - Ter informações bem claras e detalhadas e, a partir daí, é claro que haver um trabalho aqui na instituição para que esses alunos, nossos acadêmicos, sintam-se motivados e queiram ir.

Salamanca - Incentivar os professores a participar de eventos científicos internacionais. Eu acho que a gente tem pouco incentivo financeiro. E até mesmo um incentivo pessoal. É um grande desafio.

Mas é uma forma de estreitar esse contato e tentar institucionalizar essas práticas e ideologia para que a gente possa crescer em termos de internacionalização.

Lima - Até agora, nós últimos 5 anos para cá, engatinhamos e temos indícios de tentativas para atingir esse objetivo. Mas foi muito frágil. E estamos ainda em um processo de internacionalização muito frágil. Basta eu te dizer que não se tem um setor que cuide disso. Nós não temos um escritório, coordenação ou um setor que cuide da internacionalização na universidade. Isso mostra a fragilidade desse processo.

Quanto à divulgação das informações, lembramos aqui que não está claro para os entrevistados sobre um departamento ou pessoa responsável por essas informações de projetos e programas internacionais dentro da UNIPLAC. Entra aqui a questão da preparação para a internacionalização por parte da instituição. Se queremos programas e projetos internacionais dentro da UNIPLAC, é preciso que a universidade se prepare para tal tanto quanto os estudantes, professores e funcionários. A internacionalização, como vimos acima, não é um processo repentino ou rápido, mas entre os benefícios que traz estão a melhor formação de cidadãos para um mundo diferente do que temos hoje, “mais aptos a compreender a interculturalidade, a multipolaridade, a conviver com a diversidade, com as razões e com os motivos do Outro” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 150).

Nas falas a seguir temos outra importante estratégia a ser implementada tendo em vista a internacionalização da UNIPLAC. Ela vem à tona por vários entrevistados: a divulgação da UNIPLAC. O que Oxford, Paris, Aveiro e Bolonha discorrem é o ato de levar o nome da UNIPLAC a diferentes locais longe da sua comunidade por meio de interlocutores que têm os interesses da universidade e de sua comunidade em mente.

Oxford - É alguém divulgar a universidade lá fora, abrir espaços, motivar nossos acadêmicos aqui (graduação, pós-graduação, professores) para que se candidatem e de fato vão até esses países que estejam abrindo suas portas. Mas é um processo que tem que divulgar e quem de fato acolhe nossos estudantes, quais países entram nesse processo.

Paris - Primeiro, nós estamos procurando e precisamos de parceiros sérios. A gente vende a universidade como uma instituição séria, uma instituição de 60 anos e renomada regionalmente e precisamos estar linkados a bons nomes.

Paris - [...] a gente está procurando universidades grandes que tem muito mais a oferecer, um portfólio muito maior do que o nosso. Mas o nosso portfólio precisa estar compatível com parte do portfólio deles para que haja de fato uma interlocução e a gente possa propiciar com que essas universidades venham até à UNIPLAC e conheçam algo semelhante.

A abertura de espaços disponíveis para membros da comunidade acadêmica da UNIPLAC se inserirem em campos ainda não explorados por essa comunidade regional do Planalto Catarinense faz com que oportunidades surjam para que essas pessoas sejam influenciadas pela internacionalização.

Ao prover os meios para a criação de uma comunidade transnacional, cujos laços e lealdades locais se vão progressivamente complementando com interações de âmbito geográfico mais alargado, a internacionalização faz emergir a consciência global que transformará num todo coerente, embrião de uma economia baseada no conhecimento e na inovação. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 156)

Há que se considerar ainda a questão da comercialização da educação superior de que fala Perrota (2016). Tal comercialização coloca mais força nos valores de mercado na vida acadêmica. Assim, coloca-se valores e conceitos empresariais na universidade, como, por exemplo, marketing e publicidade para atrair estudantes e flexibilização do trabalho de pesquisadores e docentes.

Aveiro – [...] o primeiro passo foi encontrar parceiros [...] Nós arrumamos dois interlocutores. Um dos EUA para atender tudo que é da língua inglesa em toda a América do Norte também espanhola, na América Central. E temos um parceiro, esse professor é da Universidade da Flórida. E temos um professor da Universidade de Aveiro da área de Psicologia que ele tem um relacionamento muito grande dentro da Europa. Ele é o responsável por nos abrir as portas com as áreas que nós tenhamos interesse. Mudamos um pouco o enfoque. Não é ter uma assessoria internacional. É termos parceiros internacionais que falem a nossa língua, conheçam a nossa realidade brasileira e possam fazer a interlocução com universidades. Então, o papel deles é, durante o mês, visitar universidades, levar a UNIPLAC e começar a construir essa nova realidade. Isso não é uma coisa que você simplesmente traga ontem. É um projeto que ele tem que antecipar uma série de ações.

Bolonha - Eu acho que primeiro é dar visibilidade à pós-graduação da Uniplac. A gente ainda fica muito escondido. Se faz muita propagando em relação à graduação, mas pouca em relação ao nosso potencial de pesquisa, os mestrados e afins.

A visibilidade que os entrevistados comentam acima tem alguns caminhos que poderiam ser melhor delimitados por uma sólida política de internacionalização para que ficasse claro quais seriam os passos para se iniciar o processo. Iniciar-se-á pela mobilidade acadêmica na graduação? Pelo alinhamento de linhas de pesquisa na pós-graduação? São dúvidas que deixam um ar de incerteza quanto à internacionalização da UNIPLAC.

Outro fator importante para que a internacionalização tome efeito na universidade e alcance os objetivos pretendidos é a motivação para que seus membros tenham vontade e se sintam confortáveis em abraçar os programas e projetos propostos pela instituição. Alguns dos aspectos mencionados anteriormente serão de grande ajuda na motivação, como por exemplo a divulgação de informações claras e pessoal específico para isso dentro da comunidade acadêmica. Dessa forma, o conceito da Sociedade do Conhecimento se tornará mais acessível aos membros da comunidade.

A conceptualização da Sociedade do Conhecimento e a economia baseada no conhecimento tinham, por outro lado, atribuído uma tal centralidade à universidade que ela deixará de ser matéria de sala de aula e de laboratório para, progressivamente, derrubar os muros que a separam da cidade, para atravessar as várias fronteiras (culturais, sociais, organizacionais e também geográficas) que até aí a mantinham confinada. (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 168).

Oxford - Primeiramente, eu penso que a motivação e preparação dos nossos acadêmicos. Eu penso que não basta querer ir para lá. O pessoal tem que ter a noção que tem que ser ter um melhor preparo.

Paris - E também essa questão de interlocução de cursos. A gente precisa de cursos semelhantes para validar para ambos lados. Para que o nosso aluno tenha a vantagem de ir para o exterior e não perder tempo da sua carreira acadêmica, como acontecia em algumas políticas do governo em que o pessoal ia e nós não conseguíamos validar sequer como cursos de extensão. Tem que ser proveitoso para a carreira do aluno e ele precisa ganhar tempo com isso. Então, a gente tem muito cuidado com relação a esses parceiros. A gente não vai mandar o aluno para qualquer lugar só para dizer que está havendo internacionalização. Precisa ser proveitoso para o aluno e para as duas instituições.

Bolonha - UNIPLAC já tem alguns incentivos porque ela já liberou professores para estágio pós-doutoral com vínculo empregatício, o que é fantástico. Isso já é um passo. Mas acho que para essas coisas de curta duração mesmo, mais rápidas.

Salamanca - Achei incrível trazer professores de fora para dar palestras, como aconteceu na Mostra Científica, porque foi assim que eu tive o meu primeiro contato. Eu acho que assim é mais fácil a gente conseguir efetivar esses convênios.

Os incentivos, motivações e preparação para a internacionalização precisarão estar presentes no dia a dia da universidade, como vimos nas falas acima de Salamanca, Bolonha, Paris e Oxford. Da mesma forma que a instituição deve manter seu foco nos objetivos que designar em sua política de internacionalização para que se mantenha motivada nos benefícios que esse processo pode trazer. A instituição se mantendo focada e motivada refletirá nos incentivos e motivações à sua comunidade acadêmica.

Algumas das estratégias para que se mantenha o foco e a motivação durante o processo de internacionalização podem ser, segundo Santos e Almeida Filho (2012): desenvolver relações acadêmicas, científicas e culturais entre as instituições parceiras, incentivar e organizar atividades de cooperação tanto na graduação quanto na pós-graduação, tornar possível o intercâmbio de currículos com formações conjuntas especialmente em áreas voltadas a impactos sociais, o reconhecimento recíproco de titulação, estimular e facilitar a mobilidade de professores, de estudantes e de quadro de funcionários, organizar eventos nacionais e internacionais, oferecer bolsas de estudos que venham a facilitar o intercâmbio de estudantes e professores, entre outros.

É importante que o processo de internacionalização seja pensado pela UNIPLAC e para a UNIPLAC no contexto de seu projeto de Universidade. Morosini (2011) discorre sobre o assunto quando fala sobre Cooperação Internacional Tradicional, “caracterizado por relações de competitividade entre as instituições de ensino superior na captação de sujeitos e consumidores” (p. 95). O contraponto desse modelo é o que a autora coloca como Cooperação Internacional Horizontal, baseada na solidariedade e consciência internacional.

A internacionalização universitária não deve ser considerada uma fórmula mágica mas pode ser vista como uma construção tão viva quanto calculada[...], que se apresenta como uma forma moderna de diplomacia cultural e como cimento indispensável à constituição de espaços transnacionais integrados de conhecimento (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 165).

Aveiro - O que nós estamos fazendo é uma modelagem em que fechado a questão institucional, estabelecido as questões, nós vamos para os convênios guarda-chuva, vamos para os convênios específicos.

Lima - Eu vejo que nós temos que fazer um grupo, como foi falado antes, envolvendo vários setores da universidade e falar sobre qual modelo de internacionalização serviria para a UNIPLAC. Uma coisa que tem que ter muito cuidado é não confundir internacionalização com globalização. Acredito que esse é um cuidado enorme [...] Enfim, eu acho que a universidade tem que sentar, todos os setores, fazer uma organização que pense qual é o modelo de internacionalização que serve para a UNIPLAC.

O tema a ser debatido em conjunto pela comunidade acadêmica da UNIPLAC, como nos fala Lima acima, é a modalidade, o tipo de internacionalização que melhor servirá aos propósitos da universidade. A princípio, a modalidade mais atraente para a Internacionalização do Ensino Superior no Brasil é a solidária, composta por uma perspectiva mais humana e comprometida com o desenvolvimento social, justo e sustentável. Um modelo que contrapõe o da competitividade e preocupações vazias com

a produção científica para mero desenvolvimento econômico e busca de poder geopolítico em um contexto global, segundo Gouvea *et al* (2017).

Entre uma internacionalização que dialoga com um projeto social de formação humana mais ampla, e, uma internacionalização que espera da universidade (e da produção científica) sua contribuição para a competição internacional, temos um conjunto de desafios, perspectivas e tensões que levam à diferentes respostas sobre para que internacionalizar e como. (GOUVEA *ET AL*, 2019, p. 8)

Chegamos a um ponto nevrálgico de nossa reflexão. Que paradigma de internacionalização pode ser desenvolvido pela Uniplac, considerados seus desafios, limites e possibilidades; considerando as estratégias elencadas ou, todavia latentes a serem incrementadas? Sugerimos a perspectiva de uma internacionalização institucional solidária, respeitando-se as identidades, especificidades, realidades, sobretudo, as demandas expostas pelo estágio de desenvolvimento alcançado no qual está inserida a universidade. No caso da UNIPLAC, o Plano SC 2030 (2018), explicita os enormes entraves e as estratégias a serem implementadas na região do Planalto Catarinense. A UNIPLAC, em nossa reflexão, será exitosa em sua ação se articular educação (Ensino, Pesquisa e Extensão) com desenvolvimento sustentável, ou seja, contribuindo com o bem viver de sua população, e isto em suas políticas educacionais de âmbito local, regional, nacional e internacional.

O que vemos na fala de Salamanca a seguir é a esperança de que a instituição seja aventureira, ambiciosa e inovadora na modelagem da internacionalização que melhor lhe servir.

Salamanca - *Então, eu gostaria de ter pelo menos, talvez uma meta um pouco ambiciosa, mas talvez daqui a anos não tanto, pelo menos um aluno por sala/por fase do curso de fora do país.*

Com a análise das entrevistas buscamos levantar dados relevantes ao processo de internacionalização dentro da UNIPLAC que tem tomado forma, conscientizar que esse processo é importante ao evidenciar a “consciência do papel e da importância do saber no processo de riqueza e bem-estar das sociedades é o ponto de partida do qual nasce e evolui o conceito de Economia do Conhecimento” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 193). A internacionalização universitária caminha junto com o conceito de Sociedade do Conhecimento, sendo ela “um verdadeiro veículo de aproximação cultural e de integração econômica e social” (SANTOS E ALMEIDA FILHO, 2012, p. 194) que visa levar a universidade a um patamar de diplomacia cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer a Política de Internacionalização da UNIPLAC e como ela tem se traduzido na prática na percepção da comunidade acadêmica que a rodeia. Tal objetivo foi desdobrado em três objetivos específicos: a) contextualizar historicamente a instauração da UNIPLAC no que concerne o seu desenvolvimento enquanto Instituição de Ensino Superior na Região do Planalto Catarinense; b) identificar a existência, razões, estratégias e desafios inerentes à Política de Internacionalização da UNIPLAC, segundo as percepções de seus reitores e docentes no âmbito da graduação no período de 1999-2018, bem como da Pós-graduação no período de 2005-2018; e c) apontar as tendências futuras da Política de Internacionalização da UNIPLAC desenhada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2016) e por sua atual reitoria.

Para alcançar tais objetivo realizamos este estudo de caso com pesquisa de campo utilizando entrevistas com Ex-reitores, a atual reitoria, bem como docentes de cursos de pós-graduação e graduação afim de conhecer suas percepções sobre a Política de Internacionalização da UNIPLAC. As análises de dados permitiram levantar aspectos de grande relevância para os resultados desta pesquisa e traçar novos rumos para novos estudos.

A composição do trabalho iniciou pela Introdução apresentando os objetivos e justificativas do estudo, bem como a metodologia a ser usada durante todas as etapas da pesquisa. O Capítulo 1 teve como enredo uma contextualização geral sobre o que julgamos relevante para adentrarmos o assunto de Internacionalização de uma universidade específica; iniciando com um histórico da Região Serrana, a qual carrega consigo a identidade de um povo que a move e constitui a UNIPLAC desde sua criação; seguido por um histórico educacional da UNIPLAC desde sua criação como faculdade, passando por sua ascensão ao título de universidade e suas atividades até os dias atuais; levamos em consideração a categoria de universidade na qual a UNIPLAC está enquadrada, universidade comunitária, julgando ser de grande relevância para temas como os desafios e tendências no que diz respeito à internacionalização; entramos no assunto do papel da Universidade no Século XXI e os desafios da instituição na sociedade moderna; e, então, finalizamos o Capítulo 1 com a Internacionalização do Ensino Superior, trazendo conceitos e experiências visando esclarecer o processo de internacionalização.

No segundo capítulo abordamos o papel que a instituição universidade tem na sociedade do século XXI, tratando ainda dos desafios que o passar do tempo traz consigo referente a aspectos sociais, culturais e políticos. Além disso, adentramos no assunto da internacionalização no ensino superior e sua relação com a instituição universitária e toda sua comunidade que a rodeia.

O Capítulo 3 trouxe a análise dos dados coletados nas entrevistas acompanhados de referencial teórico com o objetivo de colocar os dados embasados e trilhando um caminho com o acompanhamento de teorias sobre o assunto, não apenas a prática. Neste Capítulo, utilizamos a metodologia da Categorização, chegando a subcapítulos com as seguintes categorias: 1) História e primeiros passos para uma política de internacionalização da UNIPLAC; 2) Fundamentos que justificam a necessidade da internacionalização na UNIPLAC; 3) UNIPLAC, uma universidade comunitária: limites e possibilidades da internacionalização; 4) Estratégias para a implementação da internacionalização na UNIPLAC na atualidade.

A literatura demonstra que uma Política de Internacionalização é altamente beneficiária para a instituição universitária em geral e, ainda mais, quando pensamos em temos de evolução da sociedade para uma sociedade do conhecimento. Os processos internacionais (programas em parcerias, pesquisa em conjunto, mobilidade de discentes, docentes e administrativo, entre outras formas de internacionalização) trazem diversos benefícios e oportunidades, principalmente para universidades comunitários e de menor porte, desde que esse processo de internacionalização seja feito de forma planejada e organizada. Políticas institucionais têm de ser construídas em conjunto com a comunidade acadêmica que fará parte do processo no seu âmago e que sem a participação destes, nenhum processo obterá sucesso. A criação de cidadãos globais e uma sociedade baseada no conhecimento depende disso.

De modo geral, os sujeitos entrevistados concordam no que diz respeito à possibilidade de a UNIPLAC se beneficiar com processos de internacionalização. Os benefícios citados pelos entrevistados foram variados e muito interessantes, visto que tínhamos indivíduos com experiências na vida acadêmica muito diferentes, o que enriquece ainda mais esta pesquisa. É notável a riqueza de ideias e experiências já vivenciadas por indivíduos que desempenham ou já desempenharam seu trabalho pela UNIPLAC.

Perante o cenário vislumbrado com a revisão de literatura e a análise dos dados coletados nas entrevistas, os efeitos de uma política de internacionalização bem planejada, organizada pelos membros da comunidade acadêmica, focada nos interesses da instituição e nas mudanças sociais necessárias podem elevar a UNIPLAC a um nível universitário acima do qual ela se encontra no momento. Tais efeitos têm a oportunidade de transformar a instituição em aspectos acadêmicos e culturais, gerando impactos indiretos em toda a sociedade que a rodeia.

Os processos de internacionalização presentes na UNIPLAC são superficiais e estão em fases iniciais. Contudo, eles têm potencial para se tornarem programas constantes e impactantes na comunidade acadêmica. Acreditamos que o melhor caminho para que isso aconteça seja a institucionalização de políticas e diretrizes que demonstrem, *a priori*, em forma documental e oficial as intenções da instituição para sua abertura internacional. Assim, ficará claro para sua comunidade quais são seus planos, foco e meios para que a internacionalização se desenvolva por completo.

Um dos tópicos relatados em algumas entrevistas foi a falta de informações disponíveis e não houve consenso no que diz respeito ao lugar onde conseguir informações sobre programas internacionais dentro da instituição. Um setor designado para tais assuntos com atendimento aos interessados se faz necessário em uma instituição com planos de abertura internacional. Este departamento desenvolveria estratégias de divulgação dentro do campus e da comunidade dos programas interessantes à internacionalização da IES (programas de mobilidade discente, docente e administrativo, fomento e parceria com um programa de línguas estrangeiras e materna para estrangeiros, contato com IES que tenham interesse em parcerias com a UNIPLAC, entre outras funções).

O processo de discussão de uma Política Institucional de Internacionalização demanda um envolvimento de diversos setores da universidade. Ficou claro, durante as entrevistas, que o foco de docentes de pós-graduação, graduação e a reitoria não está em total sintonia. Seria interessante um momento para que os setores se comunicassem sobre o assunto para que fique claro quais são os objetivos iniciais e o planejamento para os próximos passos da internacionalização da instituição. Desta forma, todos caminharão juntos e poderão auxiliar no processo. O engajamento da comunidade acadêmica é de extrema importância para o sucesso de processos internacionais uma vez que mesmo aqueles indivíduos que não se aventurem ao exterior fisicamente, terão a possibilidade de

recepcionar estrangeiros na sua própria universidade, tendo em vista uma mobilidade acadêmica de mão dupla objetivando uma internacionalização solidária focada em preparar cidadãos para o mundo.

Com os avanços tecnológicos, o mundo cada vez mais globalizado e a sociedade cada vez mais focada na busca por conhecimento, concordamos com Santos e Almeida Filho (2012) quando estes propõem a Internacionalização como a Quarta Missão da universidade moderna. A proposta engloba toda a importância do papel da universidade no atual cenário social que nos encontramos mundialmente. Principalmente quando associamos a isso uma universidade comunitária como a UNIPLAC. Seu papel como universidade deve estar sempre focado nas necessidades da sociedade que a rodeia afim de promover as mudanças sociais necessárias.

O cenário educacional brasileiro atual sofre com um retrocesso de investimentos na ciência e na produção científica, de acordo com Gouvea *et al* (2017), o que ocasiona uma parada nas pesquisas e o que a autora chama de *Braindrain* (fuga de cérebros). Tais fatos tornam o Brasil ainda mais dependente da ciência e tecnologia de outros países. Assim, o debate sobre a internacionalização se torna imprescindível para um país e para as IES que desejam ser protagonistas em um cenário educacional que caminha para se tornar conhecida como a Sociedade do Conhecimento.

A internacionalização universitária não deve ser tratada como um fim em si mesma. Ela precisa ser um processo que integre os campos internacional, intercultural e global dentro da universidade em conjunto com as missões da universidade tradicional. De acordo com Azevedo (2017), “A internacionalização da educação superior, potencialmente é processo e meio para a integração, a interculturalidade e o diálogo entre diferentes IES (nacionais e estrangeiras) e para a justa consecução do plano de desenvolvimento das universidades [...]”. Da mesma forma que uma política de internacionalização se torna mais forte uma vez institucionalizada e enraizada em uma IES, um país que estimule tais ações através de políticas públicas que desenvolvam e promovam uma internacionalização solidária visando mudanças sociais e integração entre as partes também sairá fortalecido desse processo.

Levando em consideração o perfil da UNIPLAC, conforme traçado no primeiro capítulo, é notável que há diversos desafios a serem superados para que ponha um plano de internacionalização em ação. Desafios financeiros, linguísticos, geográficos, entre

outros. O que queremos ressaltar neste estudo é que a preparação para que tais desafios sejam superados deve começar com pequenos passos, deve ser pensada do micro para o macro. Alguns exemplos de preparação são: um setor de línguas bem estruturado, aproximação de países com barreiras linguísticas menores, parcerias financeiras, divulgação e aproximação de instituições internacionais, entre outras.

A UNIPLAC, hoje, precisa se comprometer com seus objetivos de se tornar uma universidade mais internacional uma vez que os entrevistados colocaram que é nítido o seu desejo de internacionalização. O comprometimento precisa se transformar em ações planejadas na sua prática diária dentro do campus e perante sua comunidade acadêmica. Ações como parcerias e abertura de contatos com outras universidades internacionais e nacionais, parcerias financeiras para intermediar benefícios para seus acadêmicos poderem desfrutar dessas parcerias, criação de cursos de línguas estrangeiras e fortalecimento do departamento de línguas, a criação de um setor específico para a comunicação e intermediação internacional de estudante – universidade e universidade – universidade, aproximar seus acadêmicos de traços internacionais (palestras, cursos de curta duração internacionais presenciais ou a distância, linhas de pesquisa coirmãs, entre outros) e incentivar e aproximar os professores das parcerias internacionais. Essas são apenas algumas das medidas que podem ser tomadas por uma universidade que visa crescimento e ambiciona a entrada em um novo tempo educacional como é a UNIPLAC, de acordo com as palavras dos que fizeram e fazem parte da comunidade UNIPLAC.

É imprescindível salientar aqui algumas mudanças notadas durante a realização dessa pesquisa. Mudanças no *website* da UNIPLAC⁶ como a opção de uma língua estrangeira facilitando a acessibilidade de estrangeiros interessados em vir à UNIPLAC. Notamos, ainda no *website*, um novo campo que trata de relações internacionais com itens para cooperação, acolhimento estudantil, bolsas internacionais, entre outros. O que podemos concluir quando colocamos os dados das entrevistas frente essas mudanças acima mencionadas é que está havendo avanços no quesito internacionalização dentro da UNIPLAC, porém nem todos que fazem parte da sua comunidade acadêmica estão cientes dessas mudanças conforme elas estão a acontecer. Tal fato nos leva a novamente salientar a importância de envolver as diferentes partes da universidade no processo de formulação de uma Política de Internacionalização Institucional. Quanto mais envolvimento da

⁶ https://www.uniplaclages.edu.br/relacoes_internacionais/inicio

comunidade acadêmica houver, maior será a divulgação e a propagação dos efeitos que se almeja com uma política institucional. Reitoria, docentes, discentes e staff devem estar envolvidos no processo para que ele esteja claro para todos.

Hoje, o Ministério da Educação do Brasil exige um certo nível de internacionalização, o que encoraja as IES a se aventurarem nesse processo. Contudo, o quanto uma IES estará engajada nesse trabalho fica a critério de cada IES. O que podemos notar é que um plano intencional e cuidadosamente implementado facilita o processo de internacionalização universitária e a busca pelos resultados desejados, tanto em termos de instituição quanto em termos de benefícios para a comunidade envolvida. Vale ressaltar aqui que cada IES tem o dever de propor a internacionalização que melhor se encaixa no seu perfil, não havendo um modelo ideal e generalizado para a internacionalização de todas as universidades. Cada instituição deve se conhecer e entender quais são os focos e objetivos que pretende alcançar com o desenvolvimento de um processo de internacionalização. O que podemos sugerir após as análises de literatura e das entrevistas realizadas é um planejamento estratégico para o desenvolvimento de uma política de internacionalização institucional na UNIPLAC. Uma vez feito tal planejamento e colocado em prática dentro da instituição, prevemos grandes benefícios para a UNIPLAC como IES, bem como avanços para a comunidade que a cerca como um todo.

Em uma visão geral, este estudo deteve-se em analisar os processos internacionais da UNIPLAC pela visão de sujeitos envolvidos em diferentes áreas da instituição combinados com a literatura sobre Internacionalização do Ensino Superior. Entretanto, para além da elaboração desta dissertação, pretende-se, no futuro, dar continuidade no processo de estudo na temática de Internacionalização afim de contribuir para formulação de novas perspectivas e estratégias que auxiliem as IES a melhor adentrarem o campo da educação no que tange a Sociedade do Conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALARCÃO, Isabel. **“Dilemas” do jovem investigador. Dos “dilemas” aos problemas.** In: COSTA, António Pedro; SOUZA, Francislê Neri de Souza; SOUZA, Dayse Neri de (Org.). *Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios.* São Roque/Portugal: Ed. Ludomeia, 2014. Cap. 05.

AMORIM, Gabriel B., FINARDI, Kyria R. **Internacionalização do Ensino Superior e Línguas Estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro.** *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 03, p. 614-632, nov. 2017.

AZEVEDO, M.L.N. **Internacionalização da Educação.** Entrevista concedida a João Marcos Veiga. Portal da ANPED. Extraída de <http://www.anped.org.br/news/entrevista-mario-azevedo-uem-internacionalizacao-da-educacao> Publicada em 27 de Julho de 2017. Acessado em 29 de Janeiro de 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo – SP. Edições 70, 2011.

BITTAR, Mariluce. **O Ensino Superior Privado no Brasil e a Formação do Segmento das Universidades Comunitárias.** Universidade Católica Dom Bosco, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Os Três Estados do Capital Cultural.** In *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, 1979.

BRASIL. **Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior. Uma nova política para a educação superior.** Brasília, 1985. Relatório final.

BRASIL. **Ciência Sem Fronteiras.**

Disponível em < <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa> >. Acessado em: 06/05/2019.

COSTA, Licurgo. **O Continente das Lagens – sua história e influência no sertão da terra firme.** Florianópolis – Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

DECLARAÇÃO DE BOLONHA. **Declaração conjunta dos ministros da Educação europeus reunidos em Bolonha** a 19 de junho de 1999.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Intercultura e Educação.** *Revista Brasileira de Educação*, Nº 23, 2003.

FRANTZ, Walter. **Um Olhar sobre a Universidade: a Pós-graduação e o Campo da Interdisciplinaridade.** *Revista GEPESVIDA*. 2018.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas.** 1ª Edição, Rio de Janeiro, LTC, 2008.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo – SP. Ed. Atlas, 2002.

GOUVEA, Andréa B. DE AZEVEDO, Mário L. N. MENDES, Geovana M. L. **A Pós-Graduação e a Internacionalização da Educação Superior: tendências e problemas – o lugar da ANPEd.** Revista Multidisciplinar Plurais, v. 2, n. 2, p. 10-26, Abr./Ago. 2017.

JUSTINA, Tarcísio D. **Serranos – suas origens, lutas e conquistas.** Florianópolis: Insular, 2002.

LOCKS, Geraldo A. **Uma Análise Antropológica da Formação Social e do Desenvolvimento Socioeconômico de Lages e Região.** In: Visão Contemporânea e Sustentável da Serra Catarinense. 2ª Edição, Lages – SC: Ed. Uniplac, p. 19-42. 2016.

MELLO, Alex Fiuza de. FILHO, Naomar de Almeida. RIBEIRO, Renato Janine. **Por uma Universidade Socialmente Relevante.** Atos de Pesquisa em Educação, v. 4, nº 3, 2009.

MESZAROS, Istvan. **A Educação para Além do Capital.** Tradução Isa Tavares. 2ª Edição. São Paulo – SP. Ed. Boitempo. 2008.

MOROSINI, Marília C. **Internacionalização na produção de conhecimento em IES Brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal.** Educação em Revista – Belo Horizonte. V. 27, nº 01, p. 93-112. 2011

MOROSINI, M.; FRANCO, M. E. D.P. **Universidades Comunitárias e sustentabilidade: desafio em tempos de globalização.** Revista Educar. Editora UFPR, Curitiba, n. 28, p. 55-70, 2006.

MOZZATO, Anelise Rebelato. GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração: Potencial e Desafios.** RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, Jul-Ago. 2011.

MUNARIM, Antonio. **Educação e Esfera Pública na Serra Catarinense: a experiência política do Plano Regional de Educação.** UFSC, Florianópolis, 2000.

OLIVEIRA, Adriana Leônidas de. FREITAS, Maria Ester de. **Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes.** Revista Brasileira de Educação, v. 22, nº 70, Jul-Set. 2017.

PERROTA, Daniela. **La Internacionalización de la Universidad: debates globales, acciones regionales.** 1ª Ed. – Los Polvorines: Universidade Nacional de General Sarmiento; Ciudad Autonoma de Buenos Aires: Instituto de Estudios y Capacitación-IEC-CONADU, 2016.

PINTO, Rafael A. B. **Universidade Comunitária e Avaliação Institucional: o caso das universidades comunitárias gaúchas.** Sorocaba – SP. Vol. 14, n. 1, p. 185-215, 2009.

PIZZANI, Luciana; SILVA, Rosemary C. da.; BELLO, Suzelei F.; HAYASHI, Maria C. P. I. **A Arte da Pesquisa Bibliográfica na Busca do Conhecimento.** Revista Digital Bibliográfica Científica de Informação. Campinas, v. 10, n. 1, p. 53-66, jul/dez. 2012.

RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. WIELEWICKI, Hamilton de G. **Concept, Policies and Actions of Internationalization of Higher Education: reflections on expertise of a North American University.** Revista Brasileira de Educação, v. 24, 2019.

SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento de Santa Catarina 2030.** 2018.

SANTOS, Fernando S. ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Quarta Missão da Universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento**. Brasília – DF. Ed. Universidade de Brasília. 2012.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de Conteúdo: aviso de Laurence Bardin**. Resenha de: [BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Revista Eletrônica de Educação. São Carlos – SP. UFSCar, v.6, n.1, p.383-387, mai. 2012.

SANTOS, Boaventura de S. **Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, Outubro de 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro – RJ. Ed. Casa da Palavra/Leya. 2017.

TOSTA, Humberto T.; STALLIVIERI, Luciane. TOSTA, Kelly C. B. T. **A Internacionalização da Educação Superior: descrição do processo em curso na Universidade Federal Fronteira Sul**. Sinergia – Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis (ICEAC). 2016.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo – SP, Ed. Atlas, 1987.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais/; a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2013.

UNESCO. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. 33ª reunião, Paris, de 03 a 21 de outubro de 2005.

UNIPLAC. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2018**. 2016.

UNIPLAC: **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Vol 1, n. 1. Jul/Dez, 1998. Lages, 1998.

UNIPLAC: **Revista de Divulgação Científica e Cultural**. Vol 2, n. 2. Jul/Dez, 1999. Lages, 1999.

WIELEWICKI, Hamilton de G.; RUBIN-OLIVEIRA, Marlize. **Internacionalização da Educação Superior: Processo de Bolonha**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.18, n. 67, p. 215-234, abr./jun. 2010.

WIT, Hans de. **Globalisation and Internationalisation of Higher Education**. Revista de Universidad y Sociedad del Conocimiento, vol. 8, n. 2, p. 241-248, 2002.

YARED, Yalin Brizola. **Do prescrito ao vivido: a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de Medicina**. 2016. 443 p. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2016.

YIN, Roberto K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2^a Edição. Porto Alegre – RS. Ed. Bookman. 2001.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA - REITORES

Nome do Entrevistado (a): _____

Data e horário de realização da entrevista: _____

Bloco 1: do perfil

- 1) Gênero: () masculino () feminino () outro
- 2) Idade: _____
- 3) Qual seu nível de escolarização?
- 4) Exerce função atualmente na UNIPLAC? Qual?

- 5) Função exercida na UNIPLAC no período em que a Faculdade se tornou Universidade? _____
- 6) Qual o período que esteve como Reitor? _____
- 7) Há quanto tempo trabalha na UNIPLAC? _____

Bloco 2: Perguntas Abertas – Das percepções

- 8) Na sua percepção, a UNIPLAC tinha indícios de processos de internacionalização durante a sua gestão? Se sim, quais? Se não, por que?
- 9) Em sua opinião, é conveniente atualmente uma política de internacionalização na UNIPLAC? Por que?
- 10) Hoje, a missão da UNIPLAC, de acordo com seu PDI, é “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional”. E em um de seus objetivos e prioridades institucionais encontramos “c) promover intercâmbio científico e/ou cultural com instituições nacionais e internacionais”. O senhor acredita que esta missão, em conjunto com este objetivo, foi ou é contemplada? Se não, como poderia ser contemplado?
- 11) Poderia enumerar possíveis estratégias a serem implementadas para efetivação da política de internacionalização da UNIPLAC e os desafios dessa implementação?

ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES

Nome do Entrevistado (a): _____

Data e horário de realização da entrevista: _____

Bloco 1: do perfil

- 1) Gênero: () masculino () feminino () outro
- 2) Idade: _____
- 3) Qual seu nível de escolarização?
- 4) Função exercida na UNIPLAC atualmente: _____
- 5) Qual sua área de atuação (Curso / Disciplina)? _____
- 6) Há quanto tempo trabalha na UNIPLAC? _____

Bloco 2: Perguntas Abertas – Das percepções

- 7) Na sua percepção, a UNIPLAC já teve ou tem indícios de processos de internacionalização no Ensino Superior? Se sim, quais?
- 8) Como professor, participaria de projetos em conjunto com instituições internacionais? Quais seriam as suas expectativas sobre esse tipo de projetos entre universidades internacionais?
- 9) Na sua opinião, como avalia a efetivação de uma política de internacionalização na UNIPLAC envolvendo professores, estudantes, grupos de pesquisa, da instituição, bem como professores e estudantes de outras Universidades presentes na UNIPLAC?
- 10) Hoje, a missão da UNIPLAC, de acordo com seu PDI, é “Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão priorizando o desenvolvimento regional”. E em um de seus objetivos e prioridades institucionais encontramos “c) promover intercâmbio científico e/ou cultural com instituições nacionais e internacionais”. O senhor acredita que esta missão, em conjunto com este objetivo, foi ou é contemplada? Se não, como poderia ser contemplado?
- 11) Poderia enumerar possíveis estratégias a serem implementadas para efetivação da política de internacionalização da UNIPLAC e os desafios dessa implementação?

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE
(Resolução 466/2012 CNS/CONEP)**

Você está sendo convidado (a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “A POLÍTICA DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE (UNIPLAC): CAMINHOS E DESCAMINHOS PERCORRIDOS”. O objetivo desta investigação é **conhecer a política de internacionalização da UNIPLAC**, bem como seu *modus operandi* na percepção da comunidade acadêmica no período de instauração e desenvolvimento da instituição como universidade (1999 – 2018). Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar de uma entrevista semiestruturada previamente agendadas à sua conveniência. Para a instituição e para comunidade, esta pesquisa servirá para contextualizar o desenvolvimento histórico da UNIPLAC no que concerne indícios de sua política de internacionalização. Ainda contribuirá para a identificação da existência, razões, estratégias e desafios inerentes à sua política de internacionalização nos contextos de graduação e pós-graduação. Por fim, apontará tendências futuras da política acadêmica de internacionalização da UNIPLAC desenhada no seu Plano de Desenvolvimento Institucional pela percepção da atual reitoria, docentes e estudantes. **De acordo com a resolução 466/2012** “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer constrangimento, desconforto ou mal-estar, e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados através de encaminhamento para o serviço de Psicologia da Universidade localizado no Centro de Ciências de Saúde da Universidade, através do telefone (49) 3251-1084, de forma gratuita. Em virtude de as informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantido o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia.

Dentre os benefícios da pesquisa podemos citar o melhor entendimento dos processos de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e relacionar esse conhecimento com um contexto local através de um olhar mais aprofundado à realidade da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. As percepções dos entrevistados evidenciarão as razões, estratégias e o enfrentamento de desafios inerentes à política de internacionalização da instituição. A pesquisa poderá proporcionar uma avaliação desta dimensão constitutiva de uma IES e com esta reflexão buscar alternativas para consolidar novas políticas educacionais, com ênfase para a internacionalização.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa, total ou parcialmente, ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº466/12 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: (49) 99927-9001, ou pelo endereço Rua João José Godinho, 1425, bairro Frei Rogério, Lages/SC. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____, CPF _____
declaro que após ter sido esclarecido (a) pelo(a) pesquisador(a), lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, _____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Rodrigo Ogliari Coelho

Endereço para contato: Rua João José Godinho, 1425, Lages – SC

Telefone para contato: (49) 99927-9001

E-mail: ogliari.r@gmail.com